



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
GRADUAÇÃO DE NÍVEL SUPERIOR EM MUSEOLOGIA**

ÁTILA GREGÓRIO FRANCO ROCHA

HERÁLDICA E NACIONALISMO CUBANO: UMA PERSPECTIVA MUSEOLÓGICA

Orientadora: Professora Dra. Andrea Fernandes Considera

Brasília, DF
2021



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
GRADUAÇÃO DE NÍVEL SUPERIOR EM MUSEOLOGIA**

ÁTILA GREGÓRIO FRANCO ROCHA

HERÁLDICA E NACIONALISMO CUBANO: UMA PERSPECTIVA MUSEOLÓGICA

Monografia apresentada à Faculdade de
Ciência da Informação da Universidade de
Brasília, como requisito parcial para a obtenção
do título de bacharel em Museologia.

Orientadora: Professora Dra. Andrea Fernandes
Considera

Brasília, DF
2021



FOLHA DE APROVAÇÃO

HERÁLDICA E NACIONALISMO CUBANO: UMA PERSPECTIVA MUSEOLÓGICA

Aluno: Átila Gregório Franco Rocha

Monografia submetida ao corpo docente do Curso de Graduação em Museologia, da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília – UnB, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Bacharelado em Museologia.

Banca Examinadora:

Aprovada por:

Andréa Fernandes Considera - Orientadora

Professora da Universidade de Brasília (UnB)

Doutora em História - UnB

Erlando da Silva Rêses - Membro

Professor da Universidade de Brasília (UnB)

Doutor em Sociologia - UnB

Ana Lúcia de Abreu Gomes - Membro

Professor da Universidade de Brasília (UnB)

Doutora em História Cultural - UnB

Monique Batista Magaldi - Suplente

Professora da Universidade de Brasília (UnB)

Doutora em Ciência da Informação - UnB



Documento assinado eletronicamente por **Andréa Fernandes Considera, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 15/05/2021, às 15:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Lucia de Abreu Gomes, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 17/05/2021, às 18:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Erlando da Silva Rêses, Usuário Externo**, em 19/05/2021, às 21:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unb.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6632577** e o código CRC **572B9100**.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Rn	<p>Rocha, Átila Gregório Franco; Heráldica e nacionalismo cubano: uma perspectiva museológica / Átila Gregório Franco Rocha; orientador Andrea Fernandes Considera. -- Brasília, 2020. 58 p.</p> <p>Monografia (Graduação - Museologia) -- Universidade de Brasília, 2021.</p> <p>1. Museologia 2. Heráldica. 3. Nacionalismo. 4. Heráldica Socialista. 5. Brasão da Palma Real. I. Considera, Andrea Fernandes, orient. II. Título.</p>
----	--

*Estimo a quien de un revés
Echa por tierra a un tirano:
Lo estimo, si es un cubano;
Lo estimo, si aragonés.*

*Amo los patios sombríos
Con escaleras bordadas;
Amo las naves calladas
Y los conventos vacíos.*

*Amo la tierra florida,
Musulmana o española,
Donde rompió su corola
La poca flor de mi vida.*

(José Martí)

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus por sua infindável graça, pela família que me acompanhou pela árdua, porém aprazível, caminhada trilhada na graduação.

Sou grato pelos laços criados no contexto universitário com Gabriela, Kátia, Israel e Renata, meus queridos colegas da Faculdade de Ciência da Informação. À Jeito Descarado, banda que por algumas vezes soou seus acordes pelo campus. Aos Guardiões da Resenha, grupo de amigos que conquistou o patamar fraternal.

A Gustavo Cardoso que, mais que um colega de curso, mostrou-se parceiro não apenas nas tarefas curriculares, mas um verdadeiro companheiro em atividades extraclasse e na vida.

Agradeço a meus camaradas de luta que muito me ensinaram durante este período sobre a forja de dias melhores e uma vida mais digna.

Agradeço à minha querida Waléria Costa pelo companheirismo, paciência e apoio no decorrer dos anos, sua ajuda foi indispensável para minha formação e crescimento como indivíduo.

Sou imensamente grato ao corpo de professores que tive, com destaque para Ana Abreu, Andrea Considera, Erlando Rêses, Kelerson Semerene e Newton Narciso, profissionais que com seus ensinamentos transpassaram a simples relação de professor-aluno conquistando meu afeto e admiração que com certeza levarei comigo durante toda minha caminhada profissional.

Por fim, um agradecimento especial ao companheiro Romildo, funcionário da Faculdade de Ciência da Informação, que além de proporcionar um ambiente de estudo saudável, foi um grande parceiro nas nossas conversas sobre estudo, condições de trabalho e vida.

RESUMO

A questão nacional e o nacionalismo são pontos de discussão que se configuram em posição privilegiada no debate acadêmico, sendo estes fenômenos amplamente difundidos e assimilados pelos indivíduos residentes nos Estados nacionais modernos, refletem então em outras áreas em que há o trabalho humano. Uma destas áreas, inseridas na Museologia, é a Heráldica, que concentra suas atividades em construir símbolos de representação como os brasões dos Estados. Através da análise histórica dos brasões institucionais cubanos, este trabalho discute a relação entre a heráldica representativa da Ilha e o nacionalismo que incidiu na criação de alguns dos brasões utilizados, destacando o atual brasão, conhecido como Brasão da Palma Real. O diagnóstico desta relação é capaz de identificar uma das razões possíveis para o governo revolucionário não alterar os símbolos nacionais após o triunfo da Revolução: o nacionalismo.

Palavras-chave: Museologia, Heráldica, Nacionalismo, Heráldica Socialista, Brasão da Palma Real.

RESUMEN

La cuestión nacional y el nacionalismo son puntos de discusión que se configuran en una posición privilegiada en el debate académico, y estos fenómenos son ampliamente difundidos y asimilados por los individuos residentes en los Estados nacionales modernos, para luego reflejarse en otras áreas donde hay trabajo humano. Una de estas áreas es la Heráldica, que centra sus actividades en la construcción de símbolos de representación como el escudo de armas de los Estados. A través del análisis histórico de los escudos institucionales cubanos, este trabajo analiza la relación entre la heráldica representativa de la Isla y el nacionalismo que se centró en la creación de algunos de los escudos utilizados, destacando el escudo actual, conocido como el Escudo de Palma. El diagnóstico de esta relación es capaz de identificar una de las posibles razones para que el gobierno revolucionario no cambie los símbolos nacionales tras el triunfo de la Revolución: el nacionalismo.

Palabras clave: Museología, Heráldica, Nacionalismo, Heráldica Socialista, Escudo de la Palma Real.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Escudo de Santiago e Ave Maria	29
Imagem 2 – Brasão de Joaquín Infante	31
Imagem 3 – Brasão da república de Teurbe Tolón	33
Imagem 4 – Cédula de 50 pesos da <i>Republica em Armas</i>	35
Imagem 5 – Brasão da República de Cuba	37
Imagem 6 – Brasão de armas de Angola	42
Imagem 7 – Brasão armas da Coréia Popular	42
Imagem 8 – Brasão armas de Moçambique	43

SUMÁRIO

1. Introdução	11
2. Capítulo 1 - HERÁLDICA E NACIONALISMO	16
2.1. Heráldica	16
2.2. Nacionalismo	21
2.3. Relação entre o nacionalismo e a heráldica	25
3. Capítulo 2 - HERÁLDICA INSTITUCIONAL CUBANA	28
3.1. Primeiro brasão colonial	28
3.2. Brasão de Infante	30
3.3. Brasão da Palma Real	32
4. Capítulo 3 - O SÍMBOLO E A REVOLUÇÃO	40
4.1 - Existência da heráldica socialista	40
4.2. Por que não mudaram o brasão?	43
Considerações finais	50
Referências Bibliográficas	54

1. Introdução

A trajetória que se seguiu até a chegada neste tema se iniciou mais precisamente no segundo semestre do ano de 2016, quando cursei a disciplina de Museologia, Patrimônio e Memória — ministrada pela Prof. Dra. Ana Abreu — primeiro contato com o universo do patrimônio, pelo qual fiquei fascinado. Logo após, ingressei em sequência em três Programas de Iniciação Científica; o primeiro sobre Patrimônio e museus no Distrito Federal orientado pela Prof. Dra. Ana Abreu, no segundo abordei o processo de criação da Lei de preservação do patrimônio arqueológico brasileiro e, no terceiro, pesquisei sobre as mudanças heráldicas que ocorreram na representação simbólica dos estados socialistas após a Revolução Russa, sendo que estes dois últimos trabalhos foram orientados pela Prof. Dra. Andrea Fernandes Considera, professora que orienta o presente trabalho, e ainda, foi a responsável por me iniciar nos estudos heráldicos ao ministrar a disciplina de Tópicos Especiais em Museologia Aplicada a Acervos – Heráldica e Numismática.

No quinto semestre da graduação cursei a disciplina de Processo Sócio Histórico Cubano e Contexto Social, ofertada pelo Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, e tive um contato profundo com as minúcias sociais cubanas e suas respectivas particularidades, desenvolvendo familiaridade com a história da Ilha e estabelecendo uma relação com o Núcleo de Estudos Cubanos da Universidade de Brasília.

Tendo cursado a disciplina acima e ao desenvolver minha pesquisa sobre a representação estatal de nações que tinham realizado o processo de transição entre o modo de produção capitalista para o socialista, encontrei dois pontos de notória relevância: o debate colocado sobre a questão nacional e a suposta oposição entre o marxismo e o nacionalismo e os símbolos de representação estatal da socialista República de Cuba.

No cenário contemporâneo as fronteiras demarcadas pelas nações consolidadas e as não consolidadas — assim como pelo sentimento provocado nos respectivos indivíduos pertencentes a estas — torna-se uma tarefa ainda mais hercúlea empenhar-se na compreensão das questões nacionais, com a necessidade de compreender a diferença entre nação e estado, a possibilidade de existência de várias nações em um só estado e sobretudo pela efervescência de novas nações, novos estados e novas nacionalidades.

Essa investigação pode se dar de diversas maneiras. Na proposta aqui colocada, será utilizada como ferramenta de investigação o aporte dos estudos heráldicos em suas representações oficiais, tendo como estudo de caso a República de Cuba. A história dos símbolos desta ilha traz uma curiosa indagação com relação à questão do patrimônio cultural: por que o poder revolucionário instaurado a partir de 1959 não mudou o símbolo brasonal da República confeccionado mais de um século antes?

Responder a essa questão implica em tentar compreender o processo histórico e cultural que a ensejou tendo em vista buscar identificar como o nacionalismo operou no desenvolvimento dos símbolos heráldicos cubanos abarcando — como já citada — a polêmica relação entre o marxismo e o nacionalismo.

A compreensão total do fenômeno nacional e da nacionalidade é uma das tarefas mais árduas travadas por intelectuais ao longo dos últimos séculos, pois como bem coloca Kautsky, filósofo tcheco-austríaco, a nacionalidade é tal qual um “Proteu que nos escapa das mãos quando queremos pegá-lo e que, todavia, está sempre presente, exercendo sua poderosa influência sobre nós” (Kautsky, 1978. p. 122). Esmiuçar essa temática ainda hoje se torna uma pauta essencial tendo em vista as constantes transformações sociais deste século.

A Heráldica como área que se debruça sobre o estudo dos símbolos, se entrelaça com as nações ao ponto que a gênese da Nação e da Heráldica se dá pela necessidade temporal de explicitar semelhanças e diferenças entre indivíduos, ou seja, a Heráldica exerce uma demarcação simbólica a partir do signo, signo este que forma a consciência individual mediante os processos de interação social.

Ao ter contato, na graduação, com o tema do nacionalismo, patrimônio e afins, interessei-me pela relação dos diversos objetos dispostos pelo Estado que promovem o sentimento de pertencimento, que podem ser classificados como formas de expressão de algo a partir de uma figura simbólica, as quais podemos denominar como alegorias da nação, sendo a heráldica um importante objeto atuante na construção desse sentimento.

A Museologia se traduz também como uma ciência que investiga a relação da sociedade com os diversos objetos que a permeiam, objetos estes que a influenciam em suas percepções e comportamentos. O museólogo Mário Chagas, apoiando-se no psicólogo analítico Carl Jung, comenta a estreita relação entre os símbolos, o pertencimento e os museus:

Através do Inconsciente Coletivo "pode ser explicada a analogia, que vai mesmo até a identidade, entre vários temas míticos e símbolos, e a possibilidade de compreensão entre os homens em geral". Afirmamos isso no intuito de evidenciar que o conhecimento dos museus pode nos levar a reconhecer um pouco mais daquilo que por trás da consciência se acha, pois, grande parte dos conteúdos gravados no Inconsciente Coletivo, em imagens arquetípicas, encontram-se vivamente reproduzidos nos museus através da heráldica, da numismática, da sigilografia, da paleografia, da pintura, da escultura, da gravura, dos implementos religiosos, da arte popular, etc. (CHAGAS, 2011, p. 186)

Gustavo Barroso, advogado e museólogo responsável pelo cargo de primeiro diretor do Museu Histórico Nacional (MHN) e fundador do primeiro Curso de Museus que se tem noticiado no Brasil, considerava o conhecimento da heráldica uma característica basilar para um bom profissional de museus. Segundo Barroso, “ela [heráldica] proporciona uma orientação segura na identificação de edificações, pedras tumulares, objetos de várias espécies e documentos iconográficos” (BARROSO, 1953, p. 5). A importância que Barroso depositava no saber heráldico se refletiu na montagem esquemática do Curso de Museus como se pode perceber na programação pedagógica do terceiro ano do curso:

3.º ano: Técnica de Museus, parte especializada com aplicação da teoria à prática, para a classificação pormenorizada dos objetos em relação aos museus de caráter histórico tão somente, pois o ensino do 3.º ano em relação aos Museus de Belas Artes é outro. Assim, *classificação* de documentos, relíquias, objetos de Heráldica, Bandeiras, Condecorações, Armaria, Arte Naval, Viaturas, Arquitetura, Mobiliário, Indumentária, Cerâmica, e cristais, Ourivesaria, Prataria e bronzes de arte, Instrumentos de suplício, e Mecanismos. É justamente esta parte que se quer dominar *elementos do patrimônio histórico e artístico* [...] (BARROSO, 1955, p. 194-195)

Perto de alcançar um século do ano em que o Curso de Museus de Barroso foi fundado, a Heráldica não lançou mão de estar atrelada à Museologia. O heraldista Renato Moreira Gomes, em artigo publicado na revista O Tuiuti, uns dos boletins históricos do Exército Brasileiro, crava que “A Heráldica, embora de origem medieval europeia, tem a característica de ser adaptável [...] e seu estudo oficial no Brasil, está restrito aos cursos de Museologia, de nível universitário, mas quase como matéria ilustrativa” (GOMES, 2014, p. 5) e, de fato, apesar da Museologia, em tese, ser o único

curso superior que abarca a ciência heráldica, as matérias de Heráldica têm característica de serem matérias optativas ou não obrigatórias.

É possível perceber a estreita relação entre a Heráldica e as instituições museais, não apenas por aquela compor grande parte de acervos de importantes museus brasileiros e do mundo, mas também porque estes têm um papel crucial de guarda. A legislação brasileira dos símbolos nacionais — Lei 5.700 de 1º de setembro de 1971 — em seu artigo 37, impõe também aos museus históricos oficiais a tarefa de possuir uma “coleção de exemplares-padrão dos Símbolos Nacionais a fim de servirem de modelos obrigatórios para a respectiva feitura” (BRASIL, 1971). Assim, o reconhecimento desta função dos museus, em lei, demonstra a familiaridade entre as duas áreas, pois historicamente o museu se tornou a instituição de guarda dos símbolos e das memórias heráldicas tão presente nos acervos numismáticos, nas diversas condecorações, e ainda, em itens filatélicos.

Dessa forma, alocando-se no eixo 3, Museologia e Patrimônio Cultural do curso de Museologia da Universidade de Brasília, e tendo a simbologia dos Estados interpretada como um dos objetos de estudo, guarda e comunicação da Museologia, juntamente com a constante representação destes símbolos dentro de museus, encontra-se pertinência nesta pesquisa, além do critério de ineditismo desta investigação em nosso campo no Brasil.

O presente trabalho objetiva compreender como o nacionalismo em sua dimensão simbólica é capaz de operar no desenvolvimento da heráldica no contexto cubano. Para alcançar este objetivo, será necessário apresentar a relação entre a heráldica e o nacionalismo, descrever os elementos heráldicos presentes no brasão oficial do estado cubano e, a partir daí, interpretar a relação entre o simbolismo heráldico e o nacionalismo cubano, apontando para a motivação de imutabilidade do brasão na transição revolucionária.

A proposta metodológica deste trabalho se dá de forma básica; partindo dos objetivos supracitados, a pesquisa realiza-se de forma analítica, descritiva e interpretativa, uma vez que será analisada a relação entre a heráldica e o nacionalismo, seguido da descrição dos aspectos heráldicos do brasão nacional cubano e findará numa interpretação da relação entre a heráldica e sua influência no nacionalismo no contexto cubano, sempre considerando o aspecto da heráldica enquanto patrimônio cultural

Os dados da minha pesquisa serão recolhidos por meio de levantamento bibliográfico e pesquisa documental. Na pesquisa bibliográfica, os conceitos analisados serão: nacionalismo, nação e heráldica. Os principais autores que embasarão o trabalho são: Andres Nin, Eric Hobsbawn, Lúcio Flávio de Almeida, Vera Tostes e Maikel Arista-Salado Hernández. A pesquisa se dará de forma crítica tendo natureza qualitativa.

A redação da pesquisa se dará em três capítulos, no primeiro capítulo serão explorados a heráldica e o nacionalismo, buscando compreender a dimensão de importância destas duas áreas, bem como traçar a relação entre estes dois campos tanto pela origem quanto pelo histórico de contiguidade ao longo dos anos.

O segundo capítulo se deterá na análise heráldica e histórica breve dos brasões já utilizados pela atual região do país de Cuba até chegar ao brasão em que será aprofundada a análise, o Brasão da República de Cuba, popularmente denominado como Brasão da Palma Real.

Por fim, o terceiro capítulo será incumbido de traçar a relação entre o nacionalismo cubano e as representações heráldicas contidas no Brasão da Palma Real, bem como analisar o decurso revolucionário e sua opção por manter este símbolo pátrio.

Capítulo 1: HERÁLDICA E NACIONALISMO

*Como é sublime
Saber amar
Com a alma adorar
A terra onde se nasce!*

Trecho da Canção do Exército Brasileiro

*Pero si siente de la Patria el grito,
Todo lo deja, todo lo quema,
Ese es su lema, su religión.*

Buena Vista Social Club

Propor-se a compreender dinâmicas sociais que estabelecem relações dialéticas com o pertencimento, seja a Heráldica ou o Nacionalismo, é uma tarefa desafiadora pois são categorias capazes de afetar subjetivamente e objetivamente os sujeitos de determinada comunidade. Unir os dois conceitos se transforma em um trabalho ainda mais hercúleo.

Para melhor compreensão dessas categorias, encontra-se pertinência em abordá-las separadamente com posterior esforço de associação entre ambas.

2.1. Heráldica

Com objetivo de uma explanação didática, é oportuno somar a este trabalho o conceito de Heráldica. Vera Tostes, heraldista brasileira, em seu livro *Princípios de Heráldica* (1983) define heráldica como a “arte e a ciência que determina, produz e estuda os brasões, interpreta as origens e o significado simbólico e social de família, grupo, nação ou instituição” (TOSTES, 1983, p. 13). Tostes vê a heráldica como linha auxiliar da história de modo que a partir das percepções heráldicas é possível traçar fontes fundamentais para o entendimento de diversos documentos.

Stephen Friar, em seu livro *A Dictionary of Heraldry*, define a heráldica como a arte de representação armorial em diversos materiais. Porém, não se limitando a isso, a heráldica é ainda um segmento que se preocupa em estudar dispositivos utilizados para fins de identificação e comunicação (FRIAR, 1987, p.183).

Avelino Rodriguez aborda o estudo dos símbolos como uma ferramenta imprescindível para o desenvolvimento da ciência histórica, proporcionando a

fundamental característica de qualquer conhecimento científico: o questionamento. O autor define a heráldica como uma das vertentes da simbologia que, juntamente com as outras alas, possibilitam uma compreensão profunda do momento histórico em que a simbologia é cunhada e utilizada (RODRIGUEZ, p. 1-2).

Nuno Campos, em sua dissertação de mestrado, *Património e Simbologia*, apresentada em 2007, buscando teorizar as associações que permeiam o pertencimento nos limiares da relação entre os símbolos e a história comum, representada pelo patrimônio, faz o esforço de trazer à tona uma significação da Heráldica:

Como definição resumida e generalista, a Heráldica pode ser entendida quer como a “[arte] ou ciência dos brasões”, quer como o “[conjunto] dos emblemas de brasão”, ou como a “arte que trata dos brasões de armas, que ensina a conhecê-los, a lavrá-los, etc.”. Actualmente, porque cada vez mais reconhecida a sua importância científica, pode definir-se de uma forma mais completa enquanto ciência que tem por centro do seu estudo a intervenção humana, “singular ou colectiva, moral ou territorial” representada, identificada e perpetuada no tempo e no espaço através de uma linguagem e vocabulário gráfico-simbólicos de regras definidas, embora, e, como F. P. de Almeida Langhans afirmou, “[nem] tudo o que é inventado pela mão do homem pode aproveitar-se como elemento heráldico de um «brasão»”, sendo o brasão ou o escudo o seu suporte de escrita. (CAMPOS, 2007, p. 4)

Stephen Slater, heraldista britânico, afirma que a heráldica “é melhor definida como um sistema hereditário de cores e símbolos, nascido no escudo de guerra medieval, para identificação pessoal” (SLATER, 2004, p. 6, tradução nossa)¹.

Desde tempos remotos que os homens sentiram a necessidade em identificar e mostrar o mundo a que pertenciam através de elementos representativos, primeiro através do recurso a sinalética simples, depois já em forma de signos, ou seja, já de base figurativa mais elaborada e a obrigar a uma interpretação ainda que denotativa, a qual, gradualmente, evoluiu para os símbolos e emblemas, já de carácter marcadamente conotativo em que os elementos estão na vez do concreto. E é nesta última fase que pode situar-se a Heráldica. (CAMPOS, 2007, p. 4)

Ou seja, a afirmação de Slater não significa que anteriormente ao medievo e seus escudos não existiam identificações pessoais, mas sim que somente após esse

¹ “It is best defined as a hereditary system of colours and symbols, borne on the medieval war shield, for personal identification”

período que o se fazer representar através de símbolos se enquadrou em um sistema repleto de regras; ordinariamente, o período anterior à definição das regras denomina-se Pré-heráldico (TOSTES, 1983, p. 14).

Deste modo, para este trabalho, o conceito de Heráldica utilizado se dá a partir da concepção de que a heráldica é um segmento da linguagem visual sistematicamente organizado que se objetiva na compreensão e produção das ferramentas, modelos de interpretação e elementos gráficos expressos nas representações formais, que tem como função comunicar e identificar os indivíduos ou os grupos que a utilizam.

O surgimento da Heráldica se dá em lugar, período histórico e relações de produção determinadas: na Europa medieval feudal (CAMPOS, 2007, p. 18). Há, ainda, entre os pesquisadores que se debruçam a investigar a história da Heráldica, certa nebulosidade acerca do século em que o sistema de normas é concebido; a falta de consenso sobre a data abre precedente para algumas hipóteses de datação. É comum abordar como ponto de partida histórico a Tapeçaria *Bayeux*, uma espécie de grande tapete bordado com cenas de batalha que tinha como intuito recordar a vitória do Rei Guilherme II na batalha de Hastings, que ocorreu no ano de 1066; *Bayeux* é emblemática porque é possível observar emblemas nos escudos dos cavaleiros retratados nas cenas, porém esses emblemas não são considerados heráldicos por mudarem em outras cenas da obra (SLATER, 2004, p. 12). Para autores como Stephen Slater (2004) e Hernandez (2013), a Heráldica se sistematiza de fato no século XII, enquanto que Vera Tostes (1983) afirma que o sistema de normas data mais precisamente do século XIII. Por certo pode-se afirmar que a Heráldica se alastrou no continente europeu no decorrer dos séculos XII e XIII (CAMPOS, 2007, p. 7).

Ademais, é válido compreender o cenário de relações produtivas da época em que há a gênese do sistema heráldico, no caso o feudalismo, pois as dinâmicas colocadas pelas relações de produção influenciam diretamente os homens em suas respectivas concepções.

O feudalismo se caracterizou como um sistema econômico e social vigente predominantemente no que compreendemos nos dias atuais como o continente europeu, baseado na existência de propriedades feudais — grandes porções de terra

que tinham a fruição do então denominado senhor feudal — que por sua vez cedia frações de seu terreno a camponeses, enquadrando estes em uma relação de dependência ao ponto que o camponês dava parte significativa de sua produção ao senhor.

O senhor feudal também possuía o monopólio das forças militares, o que possibilitava a manutenção do regime. Eventualmente, com surgimento de tensões entre os senhores e conflitos de ordem religiosa, tendo as Cruzadas exercido um papel fundamental, ocorriam combates e nestes se faziam necessárias as diferenciações entre os exércitos.

Com as Cruzadas é que realmente se usou pela primeira vez, e de maneira ordenada, cores e símbolos que serviram para distinguir grupos. Nas duas primeiras, indivíduos de regiões diferentes que tinham costumes e línguas próprias se confundiam nos acampamentos e nos campos de batalha. Com a finalidade de evitar a desordem anterior, durante a terceira Cruzada o Rei da França, Filipe II, e o da Inglaterra, Henrique II, decidiram que cada grupo se faria representar por cores próprias, facilitando o reconhecimento imediato de cada língua e a comunicação entre os componentes. Assim, ficou estabelecido que os franceses usariam cor branca; os ingleses, a verde; os flamengos, a vermelha; e a cada grupo que se juntava, uma nova cor era estabelecida. Dessas primeiras cores pintadas sobre os escudos é que surgiram, com o tempo, as cruzes que caracterizaram as diversas ordens guerreiras monásticas que apareceram nesse período, e os demais sinais e atributos que, a partir do século XIII, ficaram sujeitos a regras, após a regulamentação da função dos Aautos. Portanto, foi durante o movimento das Cruzadas que a Heráldica surgiu como a arte que se utiliza de cores e símbolos para representar um indivíduo ou um grupo (TOSTES, 1983, p. 17-18).

Além de serem séculos fulcrais para a compreensão da heráldica, os séculos XIII e XIV trouxeram, no âmbito de utilização pessoal da heráldica, elementos de diferenciação social da estamental sociedade feudal e, ainda, a característica da hereditariedade dos símbolos com a predominância de direito da nobreza em exercê-la – ou seja, a heráldica se mostra estritamente ligada a um fenômeno da nobreza, prevalecendo “também em empresas civis, como cidades, províncias, estados e nações” (HERNANDEZ, 2013, p. 7, tradução nossa)².

Muitas vezes se observa no senso comum a redução dos brasões ao simples termo *escudo*. Coincidentemente, este elemento heráldico alocado no centro do

² “*también en las corporaciones civiles, como ciudades, provincias, estados y naciones.*”

brasão é o elemento de maior protagonismo na composição, representando a família (TOSTES, 1983, p. 27), instituição demasiadamente prestigiosa e condicionante no contexto de surgimento e desenvolvimento da Heráldica tradicional.

A expansão massiva da Heráldica pelo mundo se dá a partir das iniciativas das grandes navegações e início do fenômeno de colonização dos territórios americanos, africanos, asiáticos e das porções terrestres da Oceania; período no qual determinadas povos de origem europeia se apropriam desses territórios aplicando duros regimes de dominação e exploração do povo nativo e da terra. A imposição cultural juntamente com a imposição da língua e do modelo organizacional da sociedade se traduzem como mecanismos de manutenção do regime colonial. A Heráldica — como uma forma de linguagem — é então introduzida nas colônias a partir deste bojo de categorias convenientes à dominação, tanto é que foram criadas diversas ordens honoríficas que condecoravam indivíduos que se destacavam com atos de bravura nas diversas batalhas travadas nas atividades coloniais, uma maneira não muito dispendiosa de conceder logros àqueles que estavam “doando suas vidas” a serviço das casas reais da metrópole.

No continente americano, o primeiro território a ter contato com os colonizadores foi exatamente a ilha de Cuba com a chegada da esquadra de Cristóvão Colombo em 1492, desta forma, “Cuba não se eximiu deste costume [uso da heráldica] desde os primeiros anos da colônia, quando lhe foram outorgados vários escudos legitimados por certificados reais” (HERNANDEZ, 2013, p. 7, tradução nossa)³. Devido às características específicas do feudalismo espanhol do século XVI, nos primeiros anos da colônia algumas localidades no chamado *Nuevo Mundo* faziam uso dos brasões de armas dos senhores feudais a que estavam subordinadas.

Claro, havia uma intenção claramente política com a concessão desses brasões que eram os primeiros da América: a Coroa certificava para si e para o mundo, através dos símbolos concedidos, o domínio e pleno direito que então tinha sobre os territórios recentemente descobertos e colonizados. (HERNANDEZ, 2013, p. 12, tradução nossa)⁴.

³ “Cuba no estuvo exenta de esta costumbre desde los primeros años de la colonia, cuando le fueron concedidos varios escudos legitimados por Reales cédulas.”

⁴ “Desde luego que existía una intención claramente política con la cencesión de estos escudos de armas primados de América: la Corona estaba certificando para sí y para el mundo, al través de los símbolos concedidos, el dominio y el derecho pleno que tenía entonces sobre los territorios recientemente descubiertos y colonizados.”

Cuba recentemente comemorou o quinto centenário de sua Heráldica, sendo que teve seu primeiro brasão de armas sido confeccionado no ano de 1516, brasão que será abordado no decorrer deste trabalho.

Desta forma, a Heráldica foi se desenvolvendo e capilarizando no continente sendo assimilada forçosamente como a linguagem de representação do território, da diferença, do outro e com o decorrer da história, esta ciência protagoniza a representação das nações e fronteiras.

2.2. Nacionalismo

Entre os conceitos colocados neste capítulo é perceptível uma grande disparidade no que tange ao volume de produção científica teorizante. O debate entre nação e nacionalismo apesar de ainda muito inconcluso e parcialmente indefinível (ANDERSON, 2008, p. 29) apresenta um número substancialmente maior de publicações em comparação com a heráldica, segue-se então ao debate acerca das nações e nacionalismos. Importante salientar que a escolha dos autores aqui destacados se deu mediante a abordagem do tema do nacionalismo e, em alguns casos particulares, do ponto de vista marxista e de líderes de experiências socialistas sobre o assunto, iniciativa que carrega pertinência devido à análise futura do porquê de a República de Cuba não ter feito um esforço de mudança do brasão de armas, mesmo após a revolução assumir um caráter socialista.

Benedict Anderson (2008), em sua ilustre obra *Comunidades Imaginadas*, teoriza a nação trazendo à tona o conceito de comunidade imaginada que consiste em uma “comunidade política imaginada e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana” (ANDERSON, 2008, p.32). “Limitada porque é finita território e ideologicamente; e soberana pois resgata a ideia de superação da soberania divina da época Iluminista” (ANDERSON, 2008, p.33-34). Anderson alega ainda que o nacionalismo se mostra como a grande falha histórica da teoria marxista.

Para Eric Hobsbawm, historiador inglês, o nacionalismo pode ser compreendido como a “presteza com que as pessoas se identificavam emocionalmente com ‘sua’ nação e podiam ser mobilizadas” (HOBSBAWM, 2015, p. 131). O autor argumenta que o nacionalismo se encontra tal qual os estados

nacionais, os símbolos nacionais e as interpretações históricas, categorias tidas como expressões-chave que demandam “exercícios de engenharia social” incumbidos de inventar e estruturar as tradições da nação, sendo esta diretamente dependente destes dispositivos (HOBBSAWM, 1984, p. 23).

Já para Ernest Gellner, o nacionalismo “é principalmente um princípio político, que sustenta que a unidade política e a unidade nacional devem ser congruentes.” GELLNER, 1993, p. 1, tradução nossa)⁵; ele se mostra em suma como “uma teoria de legitimidade política “que exige que as fronteiras étnicas não atravessem as fronteiras políticas e especialmente, que as fronteiras étnicas dentro de um mesmo Estado não separem os detentores do poder do resto da população” (GELLNER, 1993, p. 1, tradução nossa).

Lúcio Flávio de Almeida, em sua tese de doutorado *Estado-Nação e Ideologia Nacional* debate as contribuições de Karl Marx e Friedrich Engels para compreender as questões nacionais; Almeida argumenta que há uma ausência de produção direta de Marx e Engels sobre o tema e coloca o nacionalismo como um processo de apropriação da ideologia nacional que viabiliza o “questionamento do fetichismo do Estado burguês que, ao testemunhar a crise daquela ideologia, expressa uma ‘questão nacional’” (ALMEIDA, 1990, p. 135). Para o autor, o nacionalismo também se apresenta como “as ‘dores do parto’ [...] da ordem política burguesa, isto é, o questionamento da legitimidade de um Estado pré-capitalista, problematização esta que toma - diretamente ou não - como referência a legitimidade um Estado burguês” (ALMEIDA, 1990, p. 136).

O ex-comandante da Coreia Popular, Kim Jong Il, aponta o nacionalismo ao definir nação como um “grupo social constituído e consolidado ao longo da história, sobre a base da identidade sanguínea, linguística, regional e cultural, e consta de diversas classes e setores sociais” (IL, 2002) não vinculando, primeiramente, a ideia de nação à uma estrutura de dominação burguesa, mas indica, posteriormente, que por muito tempo a burguesia se utilizou da nação e do nacionalismo para justificar e defender os interesses próprios da classe dominante.

Kim elenca, concordando com Lúcio Almeida, que Marx e Engels não desenvolveram diretamente teorias sólidas sobre a questão nacional pois essa não se

⁵ “primarily a political principle, which holds that the political and the national unit should be congruent.”

mostrava como uma demanda emergencial daquele período, mas é exequível identificar direcionamentos gerais sobre o tema em algumas obras das produções destes dois autores.

Outro ponto fundamental apontado por Kim é a necessidade de um militante comunista desenvolver, em concomitância a seu nacionalismo, o internacionalismo proletário. Kim ainda declara que nacionalismo e internacionalismo não são termos com práxis opostas e que nem mesmo nacionalismo e marxismo são opostos, discordando da ideia desenvolvida por Benedict Anderson em *Comunidades Imaginadas*.

Andrés Nin, marxista revolucionário da Península Ibérica, aborda a questão nacional explicitando que a nação e o nacionalismo são produtos da sociedade capitalista, apesar de ser possível perceber, antes na história, indícios dessas duas estruturas, porém por óbvio não na mesma forma em que se vê nos estados modernos. Por ser uma criação do capitalismo, a classe trabalhadora tem o dever de engajar-se na luta nacionalista, pois esta tem o compromisso de ir contra toda e qualquer maneira de opressão. Nin propõe, então, um enfrentamento ao problema: uma luta dialética que envolva tanto o ideal internacionalista quanto o ideal nacionalista, tendo nessa percepção a pretensão pacífica na autodeterminação dos povos (NIN, 1932).

O líder chinês Mao Tsé-Tung dissertou no congresso do Partido Comunista Chinês sobre as táticas necessárias para o Partido atravessar a difícil conjuntura chinesa durante a Segunda Guerra Mundial, na qual o país estava sendo invadido por tropas japonesas e se fazia imperioso defender o território. Deste modo, Mao aborda a polêmica questão de um possível dualismo entre internacionalismo proletário e nacionalismo, afirmando que, ao contrário, o internacionalismo e o nacionalismo possuem uma relação de dependência no que tange à necessidade do segundo para a efetiva realização do primeiro.

Como previamente explicitado, a invasão japonesa na China demandava uma nova tática do Partido que foi orientado a se aliar aos setores burgueses da China para defender o país, pontuando que é papel dos comunistas unir toda a nação suplantando seus interesses pessoais pelos interesses do coletivo, coletivo este que é sinônimo da nação e das massas populares.

Mao exorta que a aliança não pode se dar de maneira mecânica, mas baseada em determinada independência do partido, de tal maneira que reflete uma das práticas mais caras ao marxismo, a adaptação das teorias de libertação da classe trabalhadora em cada circunstância e localidade em que é empregada. Sendo assim, o movimento nacional se esquece da luta de classes, mas coloca que esta deve temporariamente submeter-se à Guerra de Resistência.

O estudo e o conhecimento do patrimônio histórico chinês se manifestam imperiosos, pois como as condições concretas da China se dão como resultado histórico de uma China do passado, para se comunicar com as massas e aplicar a linha correta de agitação e propaganda é necessário dialogar pautando-se nas mesmas bases materiais e subjetivas do povo chinês (TSÉ-TUNG, 1975).

A palavra nacionalismo tem sua gênese no século XIX, Hobsbawm (2015) resgata a carga histórica da palavra, no início era usada para:

descrever grupos de ideólogos de direita na França e na Itália, que brandiam entusiasticamente a bandeira nacional contra os estrangeiros, os liberais e os socialistas, e a favor daquela expansão agressiva de seus próprios Estados, que viria a ser tão característica de tais movimentos. Foi esta, igualmente, a época em que a canção "Deutschland Über Alles" (A Alemanha acima de todos os outros) substituiu composições rivais, tornando-se o hino nacional da Alemanha. A palavra "nacionalismo", embora originalmente descrevesse apenas uma versão de direita do fenômeno, provou ser mais conveniente do que o desajeitado "princípio de nacionalidade" que fora parte do vocabulário da política européia desde 1830; e assim veio a ser utilizada igualmente para todos os movimentos que consideravam a "causa nacional" como de primordial importância política: mais exatamente, para todos os que exigiam o direito à autodeterminação, ou seja, em última análise, o direito de formar um Estado independente, destinado a algum grupo nacionalmente definido. O número de tais movimentos ou, pelo menos, dos líderes que afirmavam falar por eles, e sua significação política aumentariam de modo impressionante nessa época. (HOBSBAWM, 2015, p. 130-131)

Como bem coloca Hobsbawm, e sendo um ponto de inflexão demasiado importante para este trabalho, é fulcral compreender que apesar de o nacionalismo ter essa gênese em movimentos políticos de direita, com o passar do tempo ele se torna uma categoria ampla que abrange tanto os conservadorismos ferrenhos quanto os movimentos mais progressistas e antiimperialistas.

Deste modo, pode-se concluir que o nacionalismo se traduz em um fenômeno predominante na era moderna capaz de produzir nos indivíduos um sentimento de pertencimento à comunidade em que estes se inserem, seja pelo fato de ter nascido ou por meio de identificação posterior. O nacionalismo não é *per si* oposto ao internacionalismo ou à solidariedade internacional, de fato, a percepção acerca da oposição entre nacionalismo e internacionalismo é uma variável que fica à mercê do indivíduo ou do grupo que se apropria desta categoria fazendo ligações entre o nacionalismo e sua respectiva ideologia.

2.3. Relação entre o nacionalismo e a heráldica

A relação entre estas duas categorias carece de ampla produção de matéria intelectual direta, porém é possível traçar intersecções com determinadas contribuições teóricas de alguns autores que relacionam os símbolos e sua potencialidade de promoção de pertencimento.

Segundo Maria Eurydice Ribeiro (1995), ao analisar os ritos e símbolos utilizados no período posterior à independência do Brasil, a autora observa que os símbolos e rituais existentes numa sociedade possuem a potencialidade de influenciar o imaginário coletivo interferindo nas emoções, podendo superar barreiras classistas, posição política e níveis de educação (RIBEIRO, 1995, p. 13).

Ao investigar a ligação entre a geografia e a heráldica, o doutor em Geografia pela Universidade Estadual de São Paulo, Tiago Berg, aponta que a criação de bandeiras, hinos e brasões incumbidos de representar a nação não se dão de forma passiva, mas possuem forte intencionalidade e carregam a capacidade de traduzir, para quem os vê e ouve, o abstrato sentimento coletivo da comunidade que se pretende representar (BERG, 2012, p. 2).

Bandeiras, brasões e hinos não são apenas símbolos criados pelas vontades e caprichos de reis, governantes, países e regiões ao longo dos tempos. Ao contrário, esses símbolos refletem uma determinada realidade, portando-se como uma crônica viva de um povo e de uma nação (BERG, 2012, p. 2)

No processo de forja de uma identidade⁶ nacional, a formulação destes símbolos e rituais implica em uma perspectiva de união dos indivíduos, fenômeno que, conseqüentemente, produz um apagamento das diferenças internas. A relação contínua destes indivíduos com os símbolos e rituais promove a apropriação das mensagens contidas nestes elementos e fomentam uma perspectiva de lealdade ao sujeito coletivo. No entanto, cabe ressaltar que os símbolos não possuem a função de dialogar apenas com as comunidades que estes representam, contudo atuam para a comunidade externa definindo as diferenças, ou seja, fronteiras de pertencimento.

A prática de diferenciação individual e grupal não é de forma alguma uma ocorrência recente na história humana, é uma maneira de demonstrar ligações ancestrais capaz de ser perceptível ainda no período pré-heráldico. O desenvolvimento das dimensões simbólicas durante o medievo aliado à emergência dos estados nacionais se potencializa e cria sentimentos singulares à temporalidade moderna. Após a união destes fatores, se torna difícil encontrar um Estado-nação que não registre em sua constituição seu respectivo brasão de armas, desta forma, a “heráldica se mostra hoje como um extraordinário patrimônio que deve ser protegido com a mesma força que protegemos edifícios e danças” (HERNANDEZ, 2013, tradução nossa)⁷.

Hernandez, ao abordar a importância da compreensão dos símbolos aponta que este estudo é necessário para construir bases sólidas em que a história seja colocada, procurando “derrubar mitos e décadas de acumulação de erros e absurdos históricos que ao reproduzirem-se tomam corpo autônomo” (HERNANDEZ, 2009, p. 554, tradução nossa)⁸ afetando assim a manutenção do sentido original que guiou a construção dos símbolos da nação. As vontades inseridas no momento de criação dos símbolos traduzem os interesses mais enraizados nas mentes criativas.

É possível concluir que o Estado-nação moderno mostra a necessidade de fomentar em seus indivíduos o fenômeno do nacionalismo, a partir desta necessidade, este se utiliza de mecanismos catalisadores do pertencimento. A heráldica configura-

⁶ É sabido da dimensão que este conceito possui e o quanto ele poderia agregar à essa discussão, infelizmente foi optado não desenvolvê-lo por compreender que a categoria do *nacionalismo* consegue ser mais eficaz para o debate travado aqui.

⁷ “heráldica se nos muestra hoy como un extraordinario patrimonio que debe ser protegido con la misma fuerza que protegemos edificios y bailes.”

⁸ “derribar mitos y décadas de acumulación de errores y dislates históricos que, al reproducirse, toman cuerpo autonomo”

se como um destes mecanismos, os quais podemos alocar como alegorias da nação, ou seja, maneiras de expressão que se debruçam a representar as ideias, qualidades e sentimentos de forma figurada/simbólica, tal qual os outros gêneros de patrimônios que produzem a fantástica realidade de um roraimense se sentir tão brasileiro quanto um brasiliense e um santiagueiro⁹ se sentir tão cubano quanto um havanês¹⁰.

Ao perceber a estreita relação entre o nacionalismo e a heráldica, vejamos a seguir a análise heráldica dos brasões cubanos.

⁹ Indivíduo natural de Santiago de Cuba, Cuba.

¹⁰ Indivíduo natural de Havana, Cuba.

Capítulo 2: HERÁLDICA INSTITUCIONAL CUBANA

Neste capítulo, será feito um breve histórico dos brasões institucionais do atual território cubano até chegar a uma análise mais profunda do brasão contemporâneo – objeto de maior relevância para o presente estudo, o vulgarmente conhecido como brasão da *Palma Real*.

Como já abordado, a trajetória da Heráldica na América inicia-se no processo de consolidação da institucionalização das posses coloniais por parte das metrópoles europeias, em especial Inglaterra, França, Portugal e Espanha.

Entre a viagem de Colombo em 1492 e a Declaração de Independência Americana em 1776, a Inglaterra e a Espanha tentaram introduzir e regular as atividades heráldicas em suas respectivas esferas de autoridade. Entre os símbolos e insígnias do casamento de Filipe de Habsburgo e Joana da Espanha, celebrado em 1496, estava um estandarte com as armas das Índias Ocidentais, ou Reino das Quinze Ilhas. (SLATER, 2004, p. 222, tradução nossa)¹¹

Na medida em que as colônias eram tidas como posses valiosas, tornava-se muito conveniente que entre os membros da classe dominante da metrópole se ostentassem os símbolos que remetiam a essa posse.

Vejamos então os brasões responsáveis por identificar a ilha de Cuba durante sua trajetória histórica partindo do início da colonização.

3.1. Primeiro brasão colonial

Em 1516, ainda sob o nome de *Ysla de Fernandina*¹², o poder real espanhol designa um brasão para a ilha “recém descoberta”. Segundo Hernandez (2013), o debate histórico acerca da forma com que os elementos heráldicos foram alocados no brasão não é consenso entre os principais autores que se debruçam a estudar o tema¹³. Ademais, Hernandez realiza o esforço de compilar os relatos chegando a uma

¹¹ “Between Columbus's voyage in 1492 and the Declaration of American Independence in 1776, both England and Spain attempted to introduce and regulate heraldic activities in their respective spheres of authority. Among the symbols and regalia at the marriage of Philip of Habsburgo and Joanna of Spain, celebrated in 1496, was a banner bearing arms for the West Indies, or the Kingdom of the Fifteen Islands.”

¹² Nome designado no ano de 1508 em evidente homenagem ao monarca de Aragão, Fernando II. (HERNÁNDEZ, 2013, p. 13)

¹³ Enrique Gay-Calbó em “*Los Símbolos de la Nación Cubana. Las Banderas, los escudos y los himnos de Cuba*” e Domingo Figarola-Canela em “*Los escudos primitivos de Cuba*”.

representação que possivelmente se assemelhe à construção heráldica designada à Ilha.

Trata-se de um escudo moderno, cortado¹⁴. Na primeira parte, há a representação de Nossa Senhora da Assunção trajada com um manto em blau¹⁵ e púrpura salpicado em jalne¹⁶, rodeada por quatro querubins, sendo dois à destra e dois à senestra em um fundo em blau que representa o céu, composto ainda por três nuvens em prata. Na segunda parte, há a representação de Apóstolo Santiago montando um cavalo em prata, rodeado por quatro árvores, duas à destra e duas à senestra, havendo ainda algumas pedras. O escudo possui bordadura composta em jalne e sinopla¹⁷. Há no cantão destro do chefe a letra “Y”, no chefe a letra “F” e no cantão senestro do chefe a letra “C”, iniciais dos Reis Católicos e de seu neto D. Carlos. No flanco destro há um jugo e no flanco senestro um feixe de flechas atadas por uma fita em goles¹⁸. Nos cantões destro e senestro da ponta estão um lagarto dourado e um lagarto escurecido. Na ponta há a figura de um cordeiro amarrado. O timbre¹⁹ apresenta uma coroa de duque com 8 florões.

Imagem 1 – Escudo de Santiago e Ave Maria



¹⁴ Termo utilizado para indicar que o escudo possui uma divisão horizontal delimitando-o em duas metades.

¹⁵ Termo utilizado para designar o esmalte heráldico de cor azul.

¹⁶ Termo utilizado para designar o metal heráldico de cor amarela que representa o ouro.

¹⁷ Termo utilizado para designar o metal heráldico de cor verde.

¹⁸ Termo utilizado para designar o esmalte heráldico de cor vermelha.

¹⁹ Termo utilizado para designar a área que encima o escudo.

Fonte: *Los escudos civicos de Cuba* (HERNANDEZ, 2013, p. 16)

É interessante perceber a localização de Nossa Senhora da Assunção no lugar de honra do escudo, espaço destinado a figuras que exercem atos de bravura. O umbigo²⁰, que suporta a imagem do Apóstolo Santiago o faz por este espaço ser destinado a representar o nascimento, a origem do possuidor do escudo. Tendo a coroa espanhola se apoderado do território, o qual este brasão representava, achou-se conveniente colocar a imagem do Apóstolo Santiago por este ser tido como o patrono da monarquia espanhola.

Este escudo esteve vigente legalmente do ano de 1516 até o ano de 1898.

3.2. Brasão de Infante

O Brasão de Infante foi concebido Joaquín Infante, um advogado cubano que participou ativamente de uma conspiração, em 1810, contra a dominação colonial espanhola em Cuba²¹ que fracassou; Infante conseguiu escapar das autoridades espanholas e logo estabeleceu-se na Venezuela, nação que estava em efervescência de movimentos independentistas²².

Por parte do poder colonial espanhol havia um grande temor da ocorrência de uma insurgência independentista em Cuba, sobretudo após a vitoriosa Guerra de Independência da Ilha de Santo Domingo²³, somado ao enfraquecimento da Monarquia Espanhola com a invasão de Napoleão Bonaparte e, ainda, à ocorrência de diversos levantes de caráter anticolonial em Cuba entre o fim do século XVIII e o início do século XIX²⁴. Neste cenário, em 1812, Joaquim Infante dotado de conhecimentos jurídicos, redigiu e publicou em Caracas, Venezuela, um projeto de constituição para Cuba com a inflexível reivindicação de uma Cuba independente do

²⁰ Termo utilizado para discriminar a área entre o centro do escudo (coração) e a ponta.

²¹ *Conspiración Román de la Luz*.

²² A Venezuela conseguiu sua independência em 5 de julho de 1811.

²³ Território hoje legalmente denominado Haiti, onde em 1791, influenciados sobretudo pelos ideais da Revolução Francesa de 1789, se encerra a Guerra de Independência tendo como desfecho a expulsão das forças do Império colonial francês e vitória dos revolucionários que eram compostos em sua maioria por populações de origem africana.

²⁴ Ver GOTT, 2006, p. 67.

domínio colonial espanhol. No centésimo artigo da Constituição de Infante, o autor descreve a proposta de brasão para a Cuba Independente:

Artigo 100: O selo de Estado pode ser reproduzido em uma pequena forma oval com o emblema da América sob a figura de uma índia, e a ilha em particular sob a planta de tabaco; porque embora ocorra em outras partes [o tabaco], não é de tão excelente qualidade. Ao redor estará a inscrição: Ilha Independente de Cuba. O estandarte será a bandeira com o selo de Estado em tamanho grande, ao centro. (Gay-Calbó *apud* RODRIGUEZ, p. 3, tradução nossa)²⁵

O brasão, interpretado pelo artista revolucionário cubano José Hurtado de Mendoza, ficou com a seguinte configuração:

Imagem 2: Brasão de Joaquín Infante



Fonte: *Los escudos civicos de Cuba* (HERNANDEZ, 2013, p. 24)

O brasão possui um escudo de forma oval, cortado. No primeiro quartel há a representação de uma mulher indígena americana em posição sentada frontalmente, rodeada por uma vegetação de tabaco, segurando em seu colo uma cornucópia²⁶. No segundo quartel há a representação dos limites geográficos da ilha cubana encimando

²⁵ "Artículo 100: El sello de Estado podrá reproducirse á un pequeño óvalo con el emblema de la América baxo la figura de una india, y él de la isla en particular baxo la de la planta de tabaco; porque aunque se dé en otras partes en ninguna es de tan excelente calidad. Alrededor habrá la inscripción: isla de Cuba independiente. El estandarte será la bandera con el sello de Estado en grande, en el centro"

²⁶ Vaso em forma de chifre que representa abundância e fertilidade.

uma representação de mar. O escudo possui por divisa²⁷ “REPUBLICA DE CUBA INDEPENDENTE”. Como timbre o escudo carrega um gorro²⁸ romano ladeado por três estrelas à destra e três à senestra.

Neste brasão é imprescindível a relevância da imagem da mulher indígena que carrega a missão de representar os povos originários americanos²⁹ e o próprio continente americano, paradigma que acompanhou a trajetória da heráldica estatal cubana até a criação do atual brasão. Outro elemento importante é o gorro romano empregado no timbre. A simbologia por trás do barrete remonta-se como um símbolo de liberdade utilizado desde o Império Romano por indivíduos que adquiriram sua liberdade do regime de servidão. Esse elemento foi resgatado e ressignificado no período da Revolução Francesa representando a liberdade do regime monárquico.

Este brasão nunca foi legalmente utilizado como símbolo oficial de Cuba.³⁰

3.3. Brasão da Palma Real

Em meados do século XIX, a ação de movimentos independentistas espalhados por toda a América Latina era latente, e em Cuba não foi diferente. O brasão em questão se dá como produto direto consequente da luta em torno da independência cubana.

Imputa-se a tarefa de criação do brasão à Miguel Teurbe Tolón, um intelectual cubano fervorosamente ligado às ideias da luta pela independência que por essa ligação viu-se obrigado a emigrar para os Estados Unidos da América em 1848, onde se organizou na Junta Cubana Anexionista³¹ e trabalhou ativamente na organização de conspirações contra o domínio espanhol em Cuba, juntamente com Narciso López,

²⁷ Termo utilizado para discriminar a parte localizada logo abaixo do escudo que, em geral, carrega uma mensagem escrita.

²⁸ Também denominado de barrete na linguagem heráldica.

²⁹ Há no seio da comunidade heráldica, com o aporte antropológico, um caloroso debate sobre a utilização da fisionomia de uma etnia indígena para representar a imensa variedade étnica dos povos originários no continente americano. Acredita-se que a etnia representada seja a da cultura Arwaca. É necessário pontuar que o conhecimento antropológico de Infante à época era irrisório, tanto quanto o desenvolvimento dessa ciência no período.

³⁰ Apesar de advir de uma proposta formal de constituição, o brasão de Infante nunca chegou a ser o legítimo símbolo de representação oficial de Cuba, ficando apenas como uma sugestão, uma vez que a própria constituição idealizada por Infante não foi aceita pelo poder colonial espanhol.

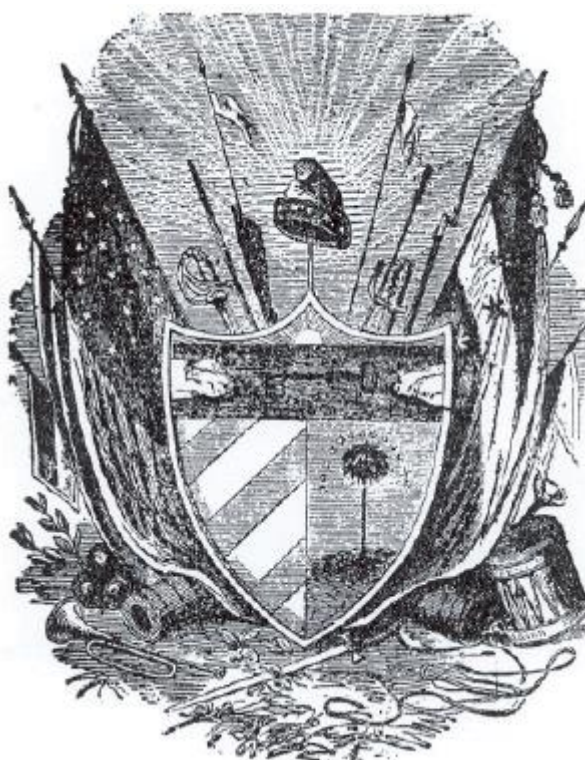
³¹ Ainda sob os temores de um levante de rebelião da população vinda da forçada diáspora africana, uma das soluções propostas por intelectuais cubanos à época era anexar Cuba aos Estados Unidos tornando esta um dos estados federativos dos EUA. (GOTT, 2006, p. 73)

militar de origem venezuelana que apesar de seu conhecimento militar ser forjado nas batalhas independentistas lutando ao lado das tropas da metrópole, na década de 1840 se torna adepto da luta para expulsar os espanhóis da Ilha. López é tido como um dos autores do desenho da atual bandeira cubana. Hernandez aponta:

O escudo nacional de Cuba, atribuído a Miguel Teurbe Tolón até hoje, tem sido usado desde a sua criação por diferentes empresas. Seu desenho foi encomendado em 1849 com o objetivo de selar os escritórios do Presidente do Governo Provisório da República de Cuba. (HERNANDEZ, 2013, p. 31, tradução nossa)³²

Tem-se como referência a seguinte ilustração desta primeira versão do escudo de Tolón:

Imagem 3: Brasão da república de Teurbe Tolón



Fonte: *Los escudos civicos de Cuba* (HERNANDEZ, 2013, p. 31)

³² “El escudo nacional de Cuba, que se atribuye hasta hoy a Miguel Teurbe Tolón, fue usado desde su creación por disímiles corporaciones. Su diseño fue encargado en 1849 con el propósito de sellar los despachos del Presidente del Gobierno Provisional de la República de Cuba.”

O caráter ideológico da anexação aos EUA fica evidente ao constar à destra do escudo três bandeiras estadunidenses, e ainda, as treze estrelas³³ no gorro e ao redor da Palma Real.

Em 1869, o movimento de independência cubana funda a denominada *República en Armas*, sob a liderança de Carlos Manuel Céspedes. Se tratava de uma iniciativa político-militar que tinha como objetivo expulsar de vez o aparato colonial espanhol e conquistar a total independência de Cuba a partir da estratégia de criar e fortalecer uma espécie de Estado paralelo.

As batalhas se iniciaram em 1868, quando as tropas de Céspedes tomaram a cidade de Bayamo; a vitória desta batalha pelos rebeldes é sempre lembrada pelo povo cubano ao entoar seu respectivo hino nacional, canção que é também conhecida como *La Bayamesa*. Pedro Figueiredo, um dos oficiais de Céspedes, foi o responsável por conceber a letra logo após a vitória em Bayamo (GOTT, 2006, p. 92).

Ao fundar o governo revolucionário, ainda em 1869, fora elaborada uma constituição, que Hernandez aponta bem a sua relação com o brasão da República de Cuba:

O primeiro reconhecimento normativo (ou quase-normativo) de que temos notícias foi o trabalho da Assembleia Constituinte do Guáimaro, em abril de 1869, que, no entanto, não tornou o desenho positivo em nenhuma lei, e por consequência, o Governo Revolucionário criado em Guáimaro, à frente do qual estava um dos fundadores da pátria cubana, limitou-se a utilizá-la sem maiores preocupações, [...] sem evidência de sua adoção, descrição ou uso. (HERNANDEZ, 2009, p. 567, tradução nossa)³⁴

Apesar da ausência da descrição e uso do brasão na referida constituição, é possível identificá-lo nas cédulas e moedas em circulação durante o período que vigorou a *Republica en Armas*.

³³ Referência à luta de independência das 13 colônias inglesas no território estadunidense.

³⁴ “El primer reconocimiento normativo (o quasi-normativo) del que tenemos noticias fue obra de la Constituyente de Guáimaro, en abril de 1869, que sin embargo, no positivizó el diseño en alguna ley, y como consecuencia, el Gobierno Revolucionario creado en Guáimaro, a cuya cabeza se situó uno de los Padres Fundadores de la Patria cubana, se limitó a darle uso sin mayores preocupaciones, [...] sin que conste fe jurídica de su adopción, descripción o uso.”

Imagem 4: Cédula de 50 pesos da *República en Armas*.



Fonte: *Numismática Hisponoamericana* (DÍAZ GAMEZ; DEL VALLE; ECHENAGÚSIA, c2016, p. 3)

Ao fim da guerra hispano-cubana para a libertação colonial, os EUA, país que interveio na guerra contra os espanhóis inicia um período de dominação da ilha, tido por alguns como uma neocolonização ou pela condição de *país en ocupacion* (HERNANDEZ, 2013, p. 45). Durante os quatro anos de ocupação (1898 — 1902) o símbolo estatal ao qual referenciava Cuba era o próprio brasão estadunidense.

Aos 20 de maio de 1902, Leonard Wood, interventor estadunidense que governava Cuba, entrega o poder estatal a Tomás Estrada Palma, primeiro presidente da República de Cuba e marcado por demasiada subserviência aos interesses norte-americanos (GOTT, 2006, p. 134). Este ato marca o retorno do uso do brasão cunhado por Miguel Teurbe Tolón. Sobre questões legislativas:

A primeira Lei que regulamentou o uso do Escudo Nacional foi a de 6 de janeiro de 1906, votada pelo Congresso da República e sancionada pelo Presidente Tomás Estrada Palma com um único artigo que ordenava a substituição do azul celeste pelo turquia na bandeira e no escudo (HERNANDEZ, 2013, p. 48, tradução nossa)³⁵

E ainda:

Já a partir do Decreto Presidencial nº 154, de 24 de abril de 1906, o brasão passa a ser decorado com os clássicos ramos de carvalho e louro e a haste passa a ser o feixe de hastes atadas da maneira correspondente que mais tarde se tornarão atributos da República

³⁵ “La primera Ley que reguló el uso del Escudo Nacional fue la de 6 de enero de 1906, votada por el Congreso de la República, y sancionada por el Presidente D. Tomás Estrada Palma con un artículo único que ordenaba la sustitución del azul celeste por el turquí tanto en la bandera como en el escudo.”

Cubana e, como timbre, o tradicional gorro de origem romana. (HERNANDEZ, 2013, p. 49, tradução nossa)³⁶

Ao longo do século XX a legislação que pesa sobre o brasão cubano se desenvolve; em 1976, quando há a promulgação de uma nova constituição, o brasão cubano é discriminado como *Escudo de la Palma Real*, codinome que carrega até hoje constando deste modo na atual constituição aprovada em 2019. A lei específica para os símbolos nacionais, nº 42, foi promulgada em dezembro de 1983. No texto há o detalhamento quanto ao uso e no artigo 12 aponta a descrição do brasão:

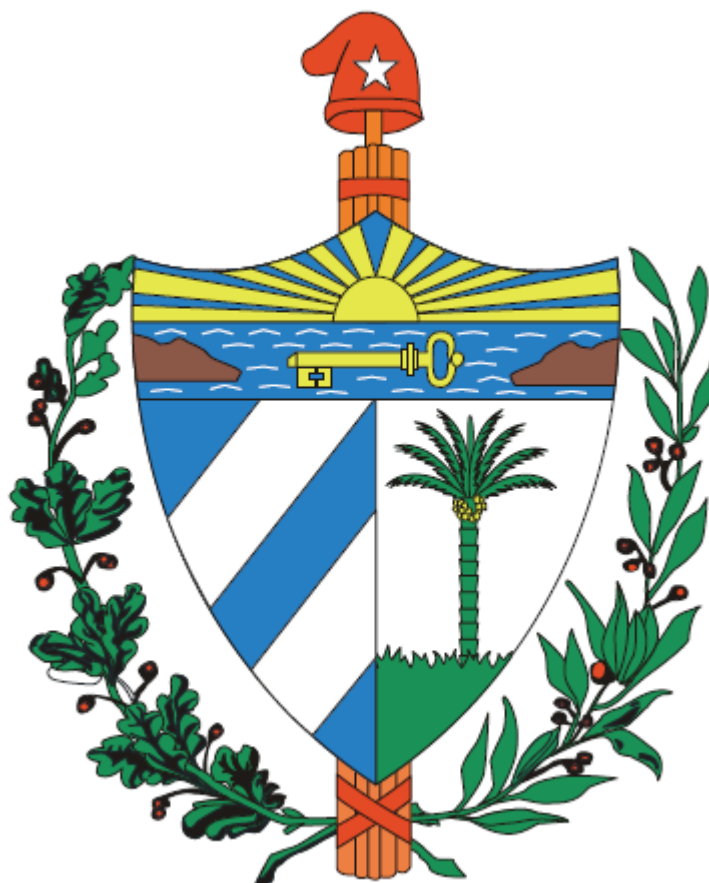
ARTIGO 12- O escudo é o símbolo da nação que é formado por dois arcos de círculos iguais, os quais são cortados virando a concavidade entre si, como um escudo ogival. Ele é dividido em até dois terços de sua altura, onde é dividido por uma linha horizontal. É constituído por três espaços ou quartéis: no superior representa um mar, em cujos lados, direito e esquerdo se opõem, dois pontos de terra ou pontos entre os quais, fechando o estreito que formam, se estende da esquerda para a direita, uma chave de fenda maciça com a alavanca para baixo e na parte inferior da qual um sol nascente espalha seus raios pelo céu da paisagem. No quartel ou espaço inferior à sua direita existem cinco bandas, localizadas. Alternadamente, da mesma largura, azul turquia e branco, sendo o azul o mais alto e todo inclinado da esquerda para a direita. No quartel ou espaço inferior à sua esquerda, existe uma paisagem que representa um vale, no meio do qual ergue-se uma palmeira real com o botão da sua folha central no topo, erguendo-se a direita, tendo ao fundo duas montanhas e leves nuvens em perspectiva. O escudo é sustentado por um feixe de hastes, cuja extremidade inferior, unida por uma estreita faixa vermelha cruzada em X, se projeta abaixo do vértice do porta-objetivas. No topo, destaca-se a parte central da cabeça do escudo, sendo nesta extremidade o feixe de hastes unidas por uma estreita faixa circular de cor vermelha. A coroa do feixe de hastes é coberta por uma tampa vermelha frígio voltada para a direita, que é sustentada por uma das hastes que se projeta ligeiramente. O chapéu tem na parte central uma estrela branca de cinco pontas, uma delas voltada para cima. Sem ultrapassar as pontas das extremidades direita e esquerda dos arcos do escudo, existem dois ramos que o limitam, um de louro à sua esquerda e outro de azinheira à direita, virados para o mesmo e que se cruzam na extremidade inferior do escudo, atrás do feixe de hastes. (CUBA, 1983, tradução nossa)³⁷

³⁶ “Ya desde el Decreto Presidencial número 154, de 24 de abril de 1906 el blasón se comienza a adornar con las clásicas ramas de encina y laurel y la varilla se convierte en el haz de varillas liadas de la manera correspondiente que se convertirán posteriormente en los atributos de la República Cubana, y como cimera, el tradicional gorro de origen romano.”

³⁷ “ARTÍCULO 12-El escudo es el símbolo de la nación que está formado por dos arcos de círculos iguales, que se cortan volviendo la concavidad el uno al otro, como una adarga ojival. Está partido hasta los dos tercios de su altura, por donde lo divide una línea horizontal. Se compone de tres espacios o cuarteles: en el superior representa un mar, a cuyos lados, derecho e izquierdo existen frente uno de otro, dos cabos o puntas terrestres entre los cuales, cerrando el estrecho que forman, se extiende de izquierda a derecha, una llave de vástago macizo con la palanca hacia abajo y a cuyo fondo, un sol

Visto isso, examinemos, pois, o brasão.

Imagem 5: Brasão da República de Cuba



Fonte: *Los escudos civicos de Cuba* (HERNÁNDEZ, 2013, p. 45)

A descrição heráldica deste brasão pode se dar como: um brasão com escudo de formato suíço, cortado e partido. O primeiro quartel apresenta a figura de um sol

naciente esparce sus rayos por todo el cielo del paisaje. En el cuartel o espacio inferior de su derecha hay cinco bandas, situadas. alternativamente, de un mismo ancho, de color azul turquí y blanco, siendo la azul la más alta e inclinadas todas de izquierda a derecha. En el cuartel o espacio inferior de su izquierda, figura un paisaje representando un valle, en medio del cual se alza una palma real con el botón de su hoja central en lo más alto, elevándose rectamente, teniendo al fondo en perspectiva dos montañas y ligeros celajes. El escudo está soportado por un haz de varas, cuyo extremo inferior, unido por una banda estrecha de color rojo cruzada en equis, sobresale por debajo del vértice de la ojiva. Por arriba sobresale por la parte central del jefe del escudo, encontrándose en este extremo el haz de varas unido por una banda circular estrecha de color rojo. La corona del haz de varas está cubierta por un gorro frigio de color rojo vuelto hacia la derecha, el que está sostenido por una de las varas que sobresale ligeramente. El gorro tiene en su parte central una estrella blanca de cinco puntas, una de ellas orientada hacia arriba. Sin exceder de las puntas de los extremos derecho e izquierdo de los arcos del escudo, hay dos ramas que lo orlan, una de laurel a su izquierda y otra de encina a su derecha, vueltas hacia el mismo y que se entrecruzan en el extremo inferior del escudo, detrás del haz de varas."

nascente com 12 raios sobre o mar e duas formações terrestres, uma em cada cantão do chefe, tendo ainda, uma chave em jalne entre as formações terrestres. O segundo quartel apresenta duas faixas diagonais em prata sobre blau. O terceiro quartel apresenta uma Palma Real em sinopla frutada em jalne sobre uma representação terrestre em sinopla. O escudo é suportado por um feixe de varas atado por uma fita em goles na parte inferior e carrega em sua ponta superior um gorro romano com uma estrela de cinco pontas em prata. Há, circundando o escudo, dois ramos; à destra um ramo de carvalho e à senestra um ramo de louro.

Hernandez (2013) faz um caloroso debate sobre a origem e o porquê da opção pelo escudo suíço. Há a hipótese que o escudo tenha sido escolhido em decorrência da relação de Tolón com a maçonaria e há a hipótese de que o escudo remeta ao movimento revolucionário antimonárquico suíço do século XIX.

No primeiro quartel³⁸, a utilização da chave remete à ilustre obra escrita por José Martín Félix de Arrate, de 1761, intitulada *Llave del Nuevo Mundo*. Sobre a denominação, Arrate disse:

Confesso o quão pouco custou o título que dei a este livreto; porque não é uma invenção por minha vontade e discurso, mas sim um epíteto glorioso com que a grandeza real quis distinguir e decorar Havana, chamando-a de Chave do Novo Mundo e antemural das Índias Ocidentais. (ARRATE, 1876, p. 5, tradução nossa)³⁹

Considerando que o referido porto [Porto de Havana] tem sido a causa de seus aumentos e estes o efeito produzido por sua bondade com o comércio, como a Chave do Novo Mundo e a garganta de todas as Índias Ocidentais. (ARRATE, 1876, p. 25, tradução nossa)⁴⁰

A posição geográfica estratégica da Ilha lhe proporcionou a alcunha de território crucial tanto nas relações comerciais entre o continente americano e o europeu, quanto pelo papel de ligação entre a América Central e a América do Norte.

³⁸ Hernández faz a provocação sobre a divisão do escudo ao pontuar que a parte que possui brasonado o sol, a chave, o mar e as formações rochosas não tenha área suficiente para considerá-lo um quartel supondo que ocuparia apenas o espaço do chefe. Adota-se esta parte como um quartel com vistas a trazer um caráter mais didático ao trabalho.

³⁹ “Confieso el poco que ha costado el título que le he puesto a este opúsculo; porque no es invención debida a mi voluntad y discurso, sino un glorioso epíteto con que ha querido la real grandeza distinguir y condecorar a la Habana, llamándola Llave del Nuevo Mundo y antemural de las Indias Occidentales”

⁴⁰ “Considerando haber sido el referido puerto causa de sus aumentos y éstos el efecto que produjo su bondad con el comercio, como Llave del Nuevo Mundo y la garganta de todas las Indias Occidentales.”

O Sol é brasonado por um disco em jalne acompanhado de 12 raios⁴¹, é nascente e representa o surgimento de um novo dia, uma nova realidade, uma nova condição para a existência do povo.

Segundo Tiago Berg, as formações terrestres correspondem à Península da Flórida e de Yucatán. (BERG, 2012, p. 8). O mar se trata de um elemento falante, ao representar o Mar do Caribe.

No segundo quartel há duas faixas diagonais de prata sobre blau que remetem à divisão geográfica dos departamentos da Ilha sob o domínio colonial espanhol, correspondente às faixas presentes na Bandeira de Cuba.

No terceiro quartel tem-se a presença da Palma Real, uma espécie de palmeira nativa de Cuba, que por sua notoriedade e abundância na flora cubana, é tida como um símbolo da nação cubana.

Já abordando os elementos externos tem-se o feixe. O feixe é um elemento heráldico amplamente utilizado por muitos países ao redor do mundo. Em suma, representa a força do povo unido suportado pela máxima de que uma vara sozinha se quebra facilmente, já um feixe apresenta maior resistência.

Acima do feixe há a presença do barrete ou gorro romano em goles. Este símbolo de liberdade se difere do barrete frígio por não apresentar protetores auriculares e carrega ao centro uma estrela de cinco pontas em prata.

Abaixo e se estendendo por toda a faixa lateral externa do escudo, existem dois ramos, um de Carvalho que simboliza robustez, força moral e física, e outro de Louro, que por sua vez simboliza intrepidez e virtude.

Estando munidos de todo o panorama histórico das insígnias heráldicas que representaram a Ilha de Cuba desde a chegada espanhola fica possível traçar pontos de contato entre a heráldica responsável por representar o território e os preceitos históricos e ideológicos por trás destas representações e os motivos de não substituir após o triunfo da Revolução de 1959.

⁴¹ Até a promulgação da Lei nº 42 de 21 de dezembro de 1983 eram comumente brasonados 13 raios, que possivelmente representavam parte das ideias anexionistas de Tolón; esse décimo terceiro raio foi suprimido para tirar esse estigma da anexação.

Capítulo 3: O SÍMBOLO E A REVOLUÇÃO

*Vivo pelo meu país e pela sua verdadeira liberdade,
embora saiba que a vida não me chegará
para gozar do fruto do meu trabalho,
e que este serviço tem que ser feito
com a segurança e a coragem
de não esperar a recompensa.*

José Martí

Nos capítulos anteriores, em que foram vistos os fundamentos teóricos da heráldica, do fenômeno do nacionalismo e também a linha temporal de representação heráldica da atual República de Cuba, foi possível reunir informações que proporcionam a análise da relação entre estas categorias, sua aplicação em Cuba e tem-se os insumos necessários para deduzir logicamente a opção do governo revolucionário em não mudar os símbolos nacionais — e para este trabalho, mais especificamente, o brasão.

4.1 - Existência da heráldica socialista

O fato de não substituírem a representação simbólica da Ilha depois da Revolução traz certo espanto pela existência de uma cultura heráldica de ordem socialista anterior à tomada de poder pelos revolucionários cubanos, desenvolvida após a Revolução Russa de 1917.

A Heráldica, como todos os produtos advindos de mãos humanas, está condicionada às circunstâncias da realidade concreta. Ao observar os processos revolucionários na história, em muitas ocasiões se evidencia a necessidade da nova ordem romper com a antiga. Assim sendo, a representação simbólica da nação exerce papel influente neste processo de distanciamento da ordem social superada. Ilyinsky, ao se referir à Rússia pós primeira revolução bem sucedida de caráter socialista, sentencia:

O novo governo deveria ter sua própria heráldica e emblemas para refletir a essência do novo sistema social e econômico. Os brasões eram necessários para o emblema nacional, para a imprensa e selos estatais das instituições estatais, para circulação de dinheiro e,

finalmente, para uso em propaganda monumental. (ILYINSKY, 1979, p. 9)⁴²

É possível inferir que a necessidade de desenvolver um novo sistema heráldico se dá pelas características em que a heráldica tradicional foi forjada: representações simbólicas encarregadas de enunciar — para quem as vê — as virtudes, a família e o grau de nobreza das posições sociais do medievo estamental. Esta Heráldica não respondia aos anseios representativos do novo mundo soviético, sendo assim, há a ressignificação de símbolos antigos, a aparição de alguns novos elementos, e a defunção de elementos heráldicos clássicos.

A principal mudança que pode ser observada é a drástica redução do uso de escudos nos brasões estatais, elemento principal da heráldica tradicional que carregava consigo significativas informações sobre a constituição familiar dos indivíduos. Tostes define o escudo como “uma arma defensiva e o local onde se colocam divisões e atributos heráldicos. A parte central do brasão é a que diz respeito à família” (TOSTES, 1983, p. 27). Esse elemento heráldico carregava tanto prestígio que na monarquia czarista a representação do Império Russo era o escudo da própria família imperial, os Romanov. Com a tomada de poder por parte dos trabalhadores, não haveria sentido continuarem sendo representados pelo símbolo máximo da família que os oprimia. A centralidade da sociedade não estava mais na instituição familiar, mas no trabalho; o símbolo máximo pós-revolução deveria mostrar qual classe guiava o país e, sendo esta a classe trabalhadora, o brasão traz a representação dos trabalhadores ou do trabalho aplicado em riquezas naturais dos países. No caso soviético, a representação escolhida foi a foice e o martelo cruzados.

A heráldica socialista se mostra como uma das diversas influências que o socialismo soviético teve nas outras experiências socialistas que ocorreram e ocorrem no mundo, é possível percebê-la em brasões oficiais de alguns países, como se segue:

República de Angola:

⁴² “У новой власти должна была родиться и рождались своя геральдика и эмблематика, которые отражали суть нового общественного и экономического строя. Эмблемы были необходимы для государственного герба, для государственной печати и печатей государственных учреждений, для денежного обращения и, наконец, использования в монументальной пропаганде.”

Imagem 6: Brasão de armas de Angola



Fonte: Constituição da República de Angola.

A Insígnia da República de Angola é formada por uma secção de uma roda dentada e por uma ramagem de milho, café e algodão, representando respectivamente os trabalhadores e a produção industrial, os camponeses e a produção agrícola. Na base do conjunto, existe um livro aberto, símbolo da educação e cultura e o sol nascente, significando o novo País. Ao centro está colocada uma catana e uma enxada, simbolizando o trabalho e o início da luta armada. Ao cimo figura a estrela, símbolo da solidariedade internacional e do progresso. Na parte inferior do emblema está colocada uma faixa dourada com a inscrição "República de ANGOLA". (ANGOLA, 2010, p. 87);

República Popular Democrática da Coreia:

Imagem 7: Brasão de armas da Coreia Popular



Fonte: Constituição da Coreia Popular.

O emblema nacional da República Popular Democrática da Coreia tem o projeto de uma grande usina hidrelétrica sob o grande monte Paektu, a montanha sagrada da revolução, bem como a luz brilhante de uma estrela de cinco pontas, com orelhas de arroz formando um quadro oval, preso numa fita vermelha com a inscrição 'A República Popular Democrática da Coreia'. (COREIA POPULAR, 2013, p. 27);

República de Moçambique:

Imagem 8: Brasão de armas de Moçambique



Fonte: Portal do Governo de Moçambique.

O emblema de República de Moçambique contém como elementos centrais um livro, uma arma e uma enxada, dispostos em cima do mapa de Moçambique e representando respectivamente: a educação, a defesa e vigilância, o campesinato e a produção agrícola. Por baixo do mapa está representado o oceano. Ao centro, o Sol nascente, símbolo de nova vida em construção. A delimitar este conjunto está uma roda dentada, simbolizando os operários e a indústria. A circundar a roda dentada encontram-se à direita e à esquerda, respectivamente uma planta de milho e espiga e uma cana de açúcar simbolizando a riqueza agrícola. No cimo, ao centro, uma estrela simboliza o espírito de solidariedade internacional do povo moçambicano. Na parte inferior está disposta uma faixa vermelha com a inscrição 'República de Moçambique'. (MOÇAMBIQUE, 2018, p. 57)

4.2. Por que não mudaram o brasão?

A postura do governo revolucionário cubano em não mudar os símbolos pátrios parece ser oposta à linha de raciocínio marxiana apresentada na obra *18 de Brumário de Luís Bonaparte*, em que Marx tece uma crítica ao analisar os esforços de alguns regimes revolucionários no resgate de referências a movimentos antecedentes, lança a máxima:

[...] uma pessoa que acabou de aprender uma língua nova costuma retraduzi-la o tempo todo para a sua língua materna; ela, porém, só conseguirá apropriar-se do espírito da nova língua e só será capaz de expressar-se livremente com a ajuda dela quando passar a se mover

em seu âmbito sem reminiscências do passado e quando, em seu uso, esquecer a sua língua nativa. (MARX, 2011, p. 26)

O paradigma colocado por Marx instrui que até certo ponto é necessário ancorar-se em experiências passadas como forma de lançar a pedra fundamental para a edificação do novo Estado, porém chega determinado momento em que é demandado lançar mão das influências deste passado para erigir e fundamentar a sociedade emergente em seus próprios pés.

Estariam então os revolucionários cubanos desviando-se dos preceitos marxistas ou se utilizando de determinado revisionismo? Bom, é necessário analisar com maior contundência a relação entre o brasão e a sociedade cubana.

O Brasão de Teurbe Tolón carrega consigo duas cargas históricas muito caras à sociedade cubana. A primeira é sua relação com a geografia da Ilha. Tiago Berg em seu artigo *A representação geográfica nos brasões de armas dos países da américa*, traz a reflexão sobre uma relação que se repete em alguns países da América Latina e do Caribe, o Brasão Estatal e a geografia característica da região. Berg sugere que esse fenômeno se dá devido à busca de uma raiz comum do povo e, no caso dos países latino-americanos e caribenhos, que são, em suma, síntese do processo de colonização, é um tanto quanto vaga a concepção de uma raiz comum em categorias étnicas ou baseadas em uma longa história passada conjunta; como saída representa-se formações geográficas marcantes no imaginário da sociedade; tem-se exemplos desse fenômeno no continente: o brasão de armas da Bolívia, Panamá, Colômbia e Argentina.

A segunda carga histórica é a estreita relação do Brasão de Teurbe Tolón como símbolo do empenho dos independentistas cubanos desde a forja deste brasão em meados do século XIX, passando à independência do aparato colonial espanhol, até a libertação da ingerência do imperialismo estadunidense, construindo uma sólida associação entre os símbolos da nação e a liberdade cubana. Este extenso espaço temporal de rebelião com vistas à independência do jugo espanhol pode ter acarretado uma ampla identificação entre o símbolo e o objetivo da luta do povo cubano à época.

É possível deduzir também que as mudanças ocorridas no brasão original de Tolón foram estritamente necessárias para a massiva aceitação deste pela sociedade cubana, sobretudo na primeira metade do século XX quando, na prática, a Ilha foi

sujeita a uma das faces mais ferozes do imperialismo estadunidense; carregar as treze estrelas em seu símbolo pátrio máximo seria uma afronta à própria soberania.

É imprescindível, para responder à questão que intitula este tópico, ter em mente que o processo revolucionário cubano é consequência de um forte sentimento anti-imperialista que emerge em decorrência do nacionalismo convicto daqueles que foram as mentes e mãos da Revolução.

A questão nacional foi o motivo primário de revolta contra o sistema estabelecido pelas intervenções estadunidenses e seus governos fantoches na Ilha caribenha, como bem coloca Fidel Castro ao contextualizar a vida comum do povo cubano em seu discurso de defesa após a prisão deste e de seus companheiros em razão da fracassada ação de invasão ao Quartel Moncada:

Entre os pequenos agricultores, 85% pagam aluguel e vivem sob constante ameaça de serem desalojados de seus lotes. Mais da metade das melhores terras de produção cultivadas está em mãos estrangeiras. Em Oriente, a maior província, as terras da *United Fruit Company* e da *West Indies* unem a costa norte à costa sul. Há 200 mil famílias camponesas que não têm um só acre de terra para lavrar e obter algum alimento para seus filhos famintos. Por outro lado, permanecem sem cultivo, em mãos de interesses poderosos, cerca de 300 mil *caballerías* de terras cultiváveis. (ALI, 2009, p. 44)

Mais à frente Fidel aponta, a seu ver, a solução:

O futuro da nação e a solução de seus problemas não podem continuar dependendo do interesse egoísta de uma dúzia de financistas, dos cálculos frios de ganhos que dez ou doze magnatas fazem em seus escritórios com ar condicionado. O país não pode continuar de joelhos implorando os milagres de um punhado de bezerros de ouro que, como aquele que no Antigo Testamento, destruído pela ira do profeta, não fazem milagres de espécie alguma. Os problemas da República só terão solução se nos dedicarmos a lutar por ela com a mesma energia, honradez e patriotismo que nossos libertadores investiram ao criá-la. (ALI, 2009, p. 48)

Ricardo Mendes (2013) ratifica esta teoria, pois desde a independência cubana em relação ao Império Espanhol, a ilha esteve sob o domínio arbitrário dos Estados Unidos, sobretudo pela existência da emenda constitucional conhecida como Emenda

Platt⁴³ que uma vez estando anexada à constituição da Ilha, dava amparo jurídico à intervenção estadunidense em Cuba.

O adiamento de fato da independência cubana teria acabado por provocar o acirramento [...] levando a um radicalismo nacionalista que veio a difundir-se principalmente no período entre 1930 e 1950. O anti-imperialismo estaria, dentro dessa perspectiva, tanto calcado no nacionalismo radical quanto no anticapitalismo. Essas duas forças teriam se mesclado e ativado mutuamente, nas palavras de Florestan Fernandes. No entanto, com a vitória do exército rebelde, foi o segundo fator que se impôs, 'mostrando a verdadeira face revolucionária do nacionalismo cubano' (FERNANDES, 2007, p. 92). (MENDES, 2013, p. 6)

O anti-imperialismo, como consequência do primor pelo nacional se mostra, então, uma ferramenta crucial para os trabalhadores e trabalhadoras de países que, assim como Cuba, encontram-se na zona periférica do capitalismo mundial, delegados a papéis primários na Divisão Internacional do Trabalho e suas populações sujeitas a padrões de vida consideravelmente inferiores. A percepção da exploração de seu próprio país passa primeiro pelo zelo que o indivíduo tem por ele.

O zelo pela questão nacional perpassa vários fenômenos que têm por função diferenciar os povos – o nacionalismo é, sobretudo, pautar a diferença: desde o esporte, como o futebol brasileiro; o militarismo, como política interna estadunidense e, ainda, os símbolos nacionais, que são os maiores símbolos de diferenciação, servindo ao propósito de sua própria criação.

O filósofo alemão Hegel em sua obra *Fenomenologia do Espírito* sentencia que:

A consciência-de-si é em si e para si quando e porque é em si e para si para uma Outra; quer dizer, só é como algo reconhecido. O conceito dessa sua unidade em sua duplicação, [ou] da infinitude que se realiza na consciência-de-si, é um entrelaçamento multilateral e polissêmico. Assim seus momentos devem, de uma parte, ser mantidos rigorosamente separados, e de outra parte, nessa diferença, devem ser tomados ao mesmo tempo como não-diferentes, ou seja, devem sempre ser tomados e reconhecidos em sua significação oposta. (HEGEL, 1992, p. 126)

⁴³ Emenda criada pelo senador estadunidense Orville Platt e incorporada à constituição de Cuba em 1901. A emenda, que continha sete pontos, na prática deixava Cuba à mercê dos interesses dos EUA, dando liberdade e autoridade ao governo estadunidense intervir militarmente na ilha, além de outros pontos tidos como humilhantes para a soberania cubana.

A abordagem hegeliana da consciência de si possibilita traçar o paralelo com a obtenção da consciência nacional dos indivíduos, pautado na percepção da diferença do outro. Da mesma forma, a heráldica toma a nação como sujeito e a nação só pode ser sujeito se ela reconhece o outro, quando o outro (outra nação) é vista como tendo consciência de si e tendo uma essência. A tomada de consciência do povo cubano da questão nacional perpassa esse processo, tendo a Heráldica como uma das ferramentas que catalisaram a percepção da consciência nacional do povo.

A Revolução Cubana foi, acima de tudo, uma revolução nacionalista. Isso se mostra em todos os passos dados e todas as escolhas políticas feitas pelo país desde 1959, até mesmo a adesão ao bloco socialista, como é perceptível em trechos das Primeira Declaração de Havana, de 2 de setembro de 1960:

2. A Assembleia Geral Nacional do Povo de Cuba condena energicamente a intervenção aberta e criminosa que o imperialismo norte-americano exerceu durante mais de um século sobre todos os povos da América Latina [...] que sofreram, ademais, tratamento vexatório por parte dos fuzileiros navais, contra nossas mulheres e filhas e contra os símbolos mais altos da história da pátria, como a efígie de José Martí.⁴⁴ (ALI, 2009, p. 92)

4. A Assembleia Geral Nacional do Povo de Cuba declara que a ajuda espontaneamente oferecida pela União Soviética a Cuba, caso nosso país seja atacado por forças militares imperialistas, jamais poderá ser considerada um ato de intromissão [...]. (ALI, 2009, p. 93)

A Assembleia Geral Nacional do Povo de Cuba condena, por fim, a exploração do homem pelo homem e a exploração dos países subdesenvolvidos pelo capital financeiro imperialista. (ALI, 2009, p. 97)

Como bem afirma o psiquiatra e filósofo martinicano Frantz Fanon, “num país colonizado o nacionalismo mais elementar, mais brutal, mais indiferenciado é a forma mais veemente e mais eficaz de defesa da cultura nacional” (FANON, 1997, p. 204). Cuba, encontrando-se na condição de um estado subserviente a outro, mesmo após a independência da Espanha, representou na materialidade as palavras de Fanon.

⁴⁴ Referência a um controverso incidente ocorrido em março de 1949, quando dois fuzileiros navais norte-americanos urinavam na estátua de Martí em Havana dando lugar a furiosos protestos. (ALI, 2009, p. 93)

A prática política da Ilha reflete a interligação inerente entre o nacionalismo revolucionário e o internacionalismo proletário característico do marxismo. No caso de Cuba, isso se verifica pelo recorrente envio de profissionais da saúde para países assolados por epidemias ou tragédias naturais, assim como a prestação de apoio a movimentos de libertação nacional pelo mundo, deste modo, o nacionalismo não se coloca em momento algum como uma oposição ao internacionalismo, mas sim, o segundo em decorrência do primeiro.

Realmente, a relação "nacional" é o resultado de uma combinação "original" única (em certo sentido), que deve ser compreendida e concebida nesta originalidade e unicidade se se quer dominá-la e dirigi-la. Por certo, o desenvolvimento é no sentido do internacionalismo, mas o ponto de partida é "nacional", e é deste ponto de partida que se deve partir. Mas a perspectiva é internacional e não pode deixar de ser. (GRAMSCI, 2007, p. 312)

E Fanon corrobora: “É no centro da consciência nacional que se ergue e se vivifica a consciência internacional. E essa dupla emergência é definitivamente o lar de toda cultura.” (FANON, 1997, p. 207).

Um dos mecanismos mais fascinantes do marxismo é a sua aplicação e adaptação nas mais diversas localidades e realidades concretas. O marxismo aplicado a Cuba não se deu apagando o símbolo máximo de liberdade que acompanhou os heróis da independência por parte significativa do século XX, pois esta é a maior prerrogativa do marxismo: a liberdade humana das amarras do capital e a real soberania dos povos.

O nacionalismo empenhado no labor da independência, sempre acompanhado da bandeira da estrela solitária, do Hino de Bayamo e do brasão da palmeira real, produziu um estreito sentimento relacional entre a defesa da liberdade de Cuba e os respectivos símbolos pátrios. Visto isso, o Governo Revolucionário os tinha também como símbolo de libertação, e assim não haveria a necessidade de mudá-los, assim certifica a Lei nº 128, que versa sobre os Símbolos Nacionais da República de Cuba:

A bandeira da estrela solitária, o Hino de Bayamo e o escudo da palmeira real, presidiram as lutas de nosso povo por sua plena

liberdade e independência e representam toda a história da nação cubana. (CUBA, 2019)⁴⁵

Por fim, é possível concluir que a defesa da questão nacional foi a locomotiva para a criação dos movimentos independentistas. O brasão de Tolón assim como os demais símbolos nacionais foram as insígnias carregadas pelo trem na Guerra de Independência, e a Revolução de 1959 embarcou nesta locomotiva para chegar à estação terminal, na qual reside a verdadeira independência e soberania do povo cubano: a sociedade socialista.

⁴⁵ *La bandera de la estrella solitaria, el Himno de Bayamo y el escudo de la palma real, han presidido las luchas libradas por nuestro pueblo para alcanzar su libertad e independencia plenas y representan toda la historia de la nación cubana.*

Considerações finais

Pela observação dos aspectos analisados nos capítulos deste trabalho, fica perceptível a estreita e complexa relação entre as variáveis de tempo, representatividade e pertencimento que rondam o limiar histórico da República de Cuba. A ilha, localizada geograficamente no continente americano, passou por períodos de profundas rupturas dos modos de reprodução da vida e de modelos de organização social, sendo, possivelmente, a nação que mais experimentou estas mudanças na América.

Este trabalho foi realizado objetivando levantar dados relacionados ao debate existente entre os efeitos da ideologia nacional e seu respectivo impacto nos signos representativos da nação; e de forma dialética, o impacto dos signos nas nuances do pensamento nacional, pois como já apontou o filósofo russo Valentin Volóchinov, “Onde não há signo também não há ideologia” (VOLÓCHINOV, 2018, p. 91).

Esta é uma pesquisa de caráter inédito nos estudos brasileiros que, além da ampliação do conhecimento pessoal sobre o assunto, pode proporcionar uma abertura na área da Museologia construindo uma ponte entre a ciência cubana e a brasileira no que tange ao saber heráldico que por períodos históricos de certa semelhança, como a colonização, tem certos pontos de convergência capazes de desenvolver diálogos entre as partes.

Como debatido no primeiro capítulo, o nacionalismo pode ser entendido como uma categoria e não propriamente uma ideologia, pois os dados levantados pela bibliografia pesquisada apontaram que o nacionalismo não é um fenômeno que acontece de forma uniforme, sendo de fato fagocitado pelas ideologias que por sua vez moldam-no conforme o objetivo que se almeja a partir da questão nacional. A própria história cubana demonstra as diversas facetas que o primor pelo nacional tomou durante o longo período de luta pela independência da colonização espanhola e, posteriormente, na luta contra a ingerência do imperialismo estadunidense na Ilha.

A heráldica, uma tradição de representação que possui origem no medievo, apresenta-se sobretudo como uma forma de se publicizar a individualidade, porém esta tarefa é bem cumprida se o signo escolhido consegue traçar a diferença, ou seja, o símbolo só representa o indivíduo a partir do momento que não representa o restante dos indivíduos.

Esta relação de pautar a diferença é um elo de ligação entre o nacionalismo e a heráldica, ao ponto que os desde o início das demarcações dos Estados nacionais a heráldica se faz presente na representação oficial destes Estados. Promover o pertencimento de uma agremiação de indivíduos é tarefa primordial para questões de coesão e integração nacional. Desta forma, é plausível afirmar que o símbolo é uma ferramenta usada para promoção do sentimento de pertencer a determinado grupo, podendo ser considerado uma alegoria da nação e, como tal, pode ser basilar para desenvolver uma análise coerente da história, como se procurou fazer neste trabalho focado no Estado cubano.

A chegada da Heráldica no continente americano foi consequência do processo colonizador europeu que ao conceber o território como uma possessão material, utilizam a representação da metrópole em um primeiro momento, mas logo desenvolvem signos de representação exclusiva dos territórios cativos. Como se observou no capítulo segundo do presente trabalho, as representações destacadas refletem os pensamentos dominantes dos grupos que as construíram, desde o primeiro brasão colonial que contém a figura do Apóstolo Santiago — patrono da monarquia espanhola — demonstrando a completa relação de posse ao representar outro território com referências óbvias da identidade cultural da metrópole. As mudanças de posturas intelectuais unidas ao advento dos movimentos nacionalistas refletem-se nas propostas de representações heráldicas de Cuba com menções aos povos originários americanos e às riquezas da terra como no brasão idealizado por Joaquim Infante até chegar, posteriormente, à representação ligada ao movimento independentista de Teurbe Tolón.

O brasão de Tolón, vulgarmente conhecido como brasão da *Palma Real*, cunhado no exílio, carregava aspirações de anexação da ilha de Cuba aos EUA e referenciava isto ao introduzir 13 estrelas ao redor da Palmeira Real e no gorro; referências estas que foram retiradas ulteriormente mediante a mudança de tática na luta independentista. O brasão exalta a posição estratégica do país como uma chave entre as Américas, referencia a flora característica e singular da ilha e, ainda, a bravura do povo. Este brasão acompanhou a extensa luta de independência durante o século XIX e suas contínuas mudanças conjunturais que pouco a pouco influenciaram também a representação e — mais importante — como se via essa representação.

Após a independência da colonização espanhola ocorreram contundentes interferências estadunidenses em Cuba, de tal forma que durante uma parcela de tempo o brasão dos EUA foi o símbolo da Ilha. Nesse período, a política externa americana no Caribe e América Central era encabeçada pela *American Fruit Company* que, somada à Emenda Platt, colocava Cuba como um estado fantoche dos Estados Unidos. O sentimento nacional tão deflagrado durante a luta contra os espanhóis se sobressai novamente possibilitando a percepção da exploração da nação. Esta percepção motiva a movimentação de diversos grupos empenhados em alcançar a real soberania. A Revolução Cubana de 1959 é produto destas movimentações e em muito acalentada pelas palavras de José Martí que escancaravam a incoerência do governo de Batista.

A tomada do poder em Cuba pelos revolucionários, como analisada no terceiro capítulo, representa a conquista das rédeas históricas que pela primeira vez na história da Ilha esteve nas mãos daqueles que devem ser soberanos em sua vontade: os trabalhadores e trabalhadoras. Esta emancipação é vista como uma continuidade dos labores independentistas do século XIX e, desta forma, os símbolos que guiavam os rebeldes de um século antes ainda guiavam a nova geração de inconformados com a exploração do homem sobre o homem, não havendo sentido mudar esses símbolos, pois já eram parte deles.

A deflagração do socialismo na ilha era a saída lógica e mais evidente para assegurar a autodeterminação cubana no contexto histórico da Guerra Fria, sobretudo pela localização geográfica da ilha, mas seria leviano colocar este motivo como o único, pois as bases do movimento rebelde — como Martí e o próprio manifesto do Movimento 26 de Julho — já apontavam para este caminho. O povo cubano reafirma seu compromisso com a Revolução ano após ano, tendo resistido bravamente à queda da União Soviética e aos diversos embargos econômicos imputados pelos Estados Unidos até a contemporaneidade.

“*Soy un hombre sincero de donde crece la palma*”⁴⁶, o verso de Martí eternizado na famosa canção *Guantanamera*, exprime a ligação intransigente entre o homem e sua terra, referência também presente no brasão institucional do país. Essa estreita confluência, materializada na representação da paisagem da Ilha, é símbolo da busca pelas raízes comuns de um povo. Mas, mais do que isso, o Brasão da Palma Real é

⁴⁶ “Sou um homem sincero de onde cresce a palmeira” (tradução nossa)

o emblema da intrepidez cubana que há quase 70 anos ostenta, frondosa, a sua Revolução: forte, farta e bela. Que hoje, multiplicada a ramagem, as flores e frutos espalhem também as sementes onde cresça a luz, “*¡Y América y el hombre digno sea!*”⁴⁷. Que à sombra desta Palma repouse sempre a salvo o sonho de liberdade que há muito bradou: *¡Patria o muerte!*

⁴⁷ E a América e o homem digno sejam! (tradução nossa)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALI, Tariq. **Fidel Castro**: as declarações de Havana. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

ALMEIDA, Lúcio F. R.. **As redefinições do nacionalismo populista no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. São Paulo.

_____. **Estado-nação e ideologia nacional**. 1980. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. São Paulo.

_____. O marxismo frente a nações e nacionalismos. In: **37º Encontro Anual Da Anpocs**. Águas de Lindóia/SP, 2013. Disponível em: <https://anpocs.com/index.php/encontros/papers/37-encontro-anual-da-anpocs/st11/8453-o-marxismo-frente-a-nacoes-e-nacionalismos/file>. Acesso em: 8 set. 2019.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARRATE, José Martín Félix de. Llave del Nuevo Mundo, 1876. Disponível em: http://www.cervantesvirtual.com/obra-visor/llave-del-nuevo-mundo--0/html/ff06c4ca-82b1-11df-acc7-002185ce6064_2.html#1. Acesso em: 30 nov. 2020.

BARROSO, Gustavo. **O Curso de Museus**. Anais do Museu Histórico Nacional, vol. V, Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1955. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/MHN/11183>. Acesso em: 6 out. 2020.

BARROSO, Gustavo. **Introdução á técnicas de museu**. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica, vol. 1, 1951 e vol. 2, 1953.

BERG, Tiago J.. A representação geográfica nos brasões de armas dos países da américa latina. In: **Scripta Nova**. Barcelona, 2012. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-418/sn-418-21.htm>. Acesso em: 8 set. 2019.

BRASIL. **Lei n. 5.700, de 1 de setembro de 1971**. Dispõe sobre a forma e a apresentação dos Símbolos Nacionais, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5700.htm. Acesso em: 16 out. 2020.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

CHAGAS, Mário. Um novo (velho) conceito de museu. **Cadernos de Estudos Sociais**, v. 1, n. 2, 24 maio 2011. Disponível em: <https://fundaj.emnuvens.com.br/CAD/article/view/971>. Acesso em: 8 mar. 2021

DÍAZ GAMEZ, Alfredo; DEL VALLE, Jesús; ECHENAGÚSIA, Carlos. **Numismática Hispanoamericana**: Apuntes cronológicos ilustrados de la numismática cubana.

Disponível em: <https://docplayer.es/11017128-Numismatica-hispanoamericana-apuntes-cronologicos-ilustrados-de-la-numismatica-cubana.html>. Acesso em: 29 nov. 2020.

PAULA, João Antônio de. **A idéia de nação no século XIX e o marxismo**. *Estud. av.* [online]. 2008, vol.22, n.62, pp.219-235. ISSN 0103-4014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142008000100015>. Acesso em: 30 nov. 2019.

FANON, Frantz. **Os condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FRIAR, Stephen. **A Dictionary of Heraldry**. New York: Harmony Books, 1987.

GELLNER, Ernest. **Nations and Nationalism: new perspectives on the past**. New York: Cornell University Press, 1993.

GOMES, Renato M.. Heráldica no Brasil: Um breve panorama histórico da área. In: **O Tuiuti**, n° 126. AHIMTB/RS, 2014. Disponível em: <http://www.acadhistoria.com.br/otuiuti/O%20TUIUTI%20126.pdf>. Acesso em: 13 out. 2020.

GONCALVES, JOÃO FELIPE. Martí versus Martí: nacionalismo e hegemonia em Havana e Miami. **Novos estud. CEBRAP**, São Paulo, n. 102, p. 69-87, July 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002015000200069&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 30 nov. 2019.

GONZALEZ, Elías. **El fortalecimiento de la educación patriótica**. In: Revista Electrónica EduSol, ISSN: 1729-9091. 2012. Volumen 10, No. 33, oct.-dic., p.1-9.

GOTT, Richard. **Cuba: uma nova história**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**, vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

HEGEL, Friedrich. **Fenomenologia do Espírito**. Petrópolis: Editora Vozes, 1992.

HEREDIA, Orígenes y vigencia del pensamiento político de Fidel. In: **JSTOR**. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/j.ctvn96gc8.72>. Acesso em: 30 nov. 2019.

HERNANDEZ, Maikel. **De los escudos cubanos**. In: Revista de la Biblioteca Nacional de Cuba José Martí, núm. 3/4, 2005.

_____. **El Escudo de la República de Cuba: precisiones necesarias**. 2009. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/3016552.pdf>. Acesso em: 9 dez 2020.

_____. **Los escudos cívicos de Cuba**. 2013. Disponível em: https://www.academia.edu/36310814/Los_escudos_civicos_de_Cuba. Acesso em: 9 dez 2019.

HOBBSBAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (orgs.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. Págs. 9-23.

HOBSBAWM, Eric J. **A Era dos Impérios: 1875-1914**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

IL, Kim Jong. **Para compreender corretamente o nacionalismo**. Nova Cultura, 2002. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/kim_jong-il/2002/02/28.htm. Acesso em: 8 set. 2019.

ILYINSKY, V. N.. **Геральдика трудовой славы**. Москва: Издательство политической литературы, 1979.

KAUTSKY, Karl. **Nacionalidad y internacionalidad**. In: CALWER, Richard et al. *La Segunda Internacional y el problema nacional y colonial*. México: Pasado y Presente, 1978, v. 2.

MARTINS, Mônica Dias; NETO, Manuel Domingos. O nacionalismo em Bolívar e Martí. In: **Projeto História**. São Paulo, 2013. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/17136>. Acesso em: 8 set. 2019.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo Ed., 2011.

MENDES, R. A. S. Pensando a Revolução Cubana: nacionalismo, política bifurcada e exportação da Revolução. *Revista Eletrônica da ANPHLAC, [S. l.]*, n. 8, 2013. DOI: 10.46752/anphlac.8.2009.1389. Disponível em: <https://revista.anphlac.org/anphlac/article/view/1389>. Acesso em: 16 fev. 2021

NIN, Andrés. Consideraciones sobre el problema de las nacionalidades. In: **Comunismo**. Madrid, 1932. Disponível em: https://www.marxists.org/espanol/nin/1932/consideraciones_nacionalidades.htm. Acesso em: 10 set. 2019.

_____. **Los movimientos de emancipación nacional**. Barcelona: Fontamara, 1977.

OPATRNÝ, Josef. La cubanidad y la nación cubana: José Antonio Saco y José Martí. **Centro de Estudios Ibero-Americanos**. Praga, 2004. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5889843>. Acesso em: 8 set. 2019.

PIRES, Karen Daniela; DALMAZ, Mateus. O nacionalismo cubano de José Martí. In: **Revista Destaques Acadêmicos**, Ano 2, n. 2, 2010 - CCHJ/UNIVATES. Disponível em: <http://univates.br/revistas/index.php/destaques/article/view/62/60>. Acesso em: 8 set. 2019.

POLIANO, Luiz Marques. **Heráldica**. Rio de Janeiro: Rio Arte, 1986.

RODRIGUEZ, Avelino. **Apuntes en torno a las raíces independentistas latino-americanas**, 1 Disponível em: http://letras-uruguay.espaciolatino.com/aaa/couceiro_rodriguez_avelino/apuntes_en_torno_a_las_raices.htm. Acesso em: 9 abr. 2021.

ROESLER, Carlos. **Nacionalismo, Tradição e Modernidade**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Departamento de Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2008. Disponível em: [https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-26012009-](https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-26012009-113242/publico/DISSERTACAO_CARLOS_EDUARDO_NORONHA_ROESLER.pdf)

[113242/publico/DISSERTACAO_CARLOS_EDUARDO_NORONHA_ROESLER.pdf](https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-26012009-113242/publico/DISSERTACAO_CARLOS_EDUARDO_NORONHA_ROESLER.pdf).

Acesso em: 4 dez. 2019.

SLATER, Stephen. **The complete book of heraldry**. Londres: Hermes House, 2004.

STALIN, Josef. **O marxismo e o problema nacional**. Rio de Janeiro: Ed. Vitória LTDA, 1946.

TOSTES, Vera Lúcia Bottrel. **Princípios de Heráldica**. Petrópolis: Fundação MUDES, 1983.

TSÉ-TUNG, Mao. O papel do Partido Comunista da China na Guerra Nacional. **Obras Escolhidas de Mao Tsetung**. Pequim, Tomo II, p. 319-347, 1975. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/mao/1938/10/papel.htm>. Acesso em: 8 set. 2019.